

FOLHA DE LONDRINA

ACESSO À INFORMAÇÃO
CNJ insiste na divulgação
de salários de magistrados

Impostos 14 AGO 2012 pagam o salário dos magistrados, diz CNJ

Em entrevista à FOLHA,
Ouvidor do CNJ cobra que TJ
paranaense divulgue
contracheques individualizados

Curitiba - O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná tem cinco dias para dizer ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o porquê de não ter divulgado nominalmente a remuneração de cada magistrado e servidor. "A despesa com a folha de pagamento é um dos principais gastos da administração pública, logo a divulgação nominal seria uma forma apropriada para garantir o controle social do dinheiro público", insiste o Ouvidor do CNJ, conselheiro Wellington Saraiva, autor do pedido de informações ao TJ.

"O CNJ teve o conhecimento de pagamentos indevidos efetuados a magistrados e servidores do Poder Judiciário. Os cidadãos precisam entender que a remuneração destas pessoas é paga com os impostos arrecadados e que, portanto, o gestor tem o dever

de respeitar o contribuinte", acusa Saraiva. A resolução 151, do CNJ, data de julho deste ano e regulamenta a Lei de Acesso à Informação Pública para todos os tribunais do país. Até o momento, dos 91 tribunais brasileiros, apenas 15 não cumpriram a norma do CNJ, conforme levantamento feito pelo próprio conselho.

Dez tribunais foram intimados pelo CNJ a darem informações sobre a divulgação, dentre eles o TJ do Paraná, cujo prazo extra concedido pelo conselho para efetuar a divulgação acabou no final de semana. A direção do TJ alega que três mandados de segurança tiveram liminares aceitas por desembargadores do próprio tribunal, impedindo legalmente o cumprimento da resolução do CNJ. As ações foram movidas pela Associação dos

Magistrados do Paraná (Amapar), Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindijuís), Associação dos Oficiais de Justiça do Paraná (Assojepar) e Associação dos Assessores Jurídicos do Poder Judiciário do Paraná (Assejur).

Sobre essa situação, o conselheiro Wellington Saraiva explicou que aguardará as informações do TJ, mas que no caso de liminares impedindo a divulgação o procedimento comum é pedir a intervenção da Advocacia-Geral da União (AGU). "Em todos os casos de liminares impedindo a divulgação, está havendo uma usurpação de competência.

CONTINUA

14 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Os atos do CNJ só podem ser revistos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pois nenhum outro tribunal do país tem competência para isso. Não sou eu que está dizendo isso, está escrito na Constituição”, afirma Saraiva. É com base neste entendimento que a AGU foi chamada para cassar liminares concedidas aos tribunais regionais eleitorais de Santa Catarina (TRE/SC) e da Bahia (TRE/BA).

“Nós não trabalhamos com a hipótese de que algum tribunal vá descumprir deliberadamente a resolução. É uma hipótese que afastamos”, ameniza Saraiva. Entretanto, informa o CNJ em seu portal na internet, se for constatado que houve intenção de desrespeitar a decisão, o responsável pelo tribunal pode ser punido.

14 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

Em decisão unânime, TRE mantém candidatura de Barbosa Neto

TRE mantém candidatura de Barbosa Neto

Por unanimidade, membros da corte estadual rejeitam recurso do Ministério Público Eleitoral de Londrina

Por unanimidade, a corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná negou ontem recurso do Ministério Público Eleitoral (MPE) de Londrina e manteve a candidatura a prefeito de Barbosa Neto (PDT), deferida em 30 de julho pelo juiz da 41ª Zona Eleitoral, Álvaro Rodrigues Júnior. Cassado nesta mesma data pela Câmara Municipal, Barbosa está com os direitos políticos suspensos, mas o TRE não chegou a analisar o mérito do recurso da promotora Suzana Lacerda. Os membros do tribunal entenderam que o MPE não era legítimo para recorrer do registro uma vez que não houve questionamento quanto à elegibilidade do candidato no prazo legal, ou seja, até 13 de julho.

O relator do recurso, Luciano Carrasco, citou a súmula

11 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cujo entendimento é de "a parte que não impugnou o registro de candidatura, seja ela candidato, partido político, coligação ou o Ministério Público Eleitoral, não tem legitimidade para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se cuidar de matéria constitucional".

Carrasco escreveu ainda que "não desconheço a grave situação política resultante de uma cassação de prefeito pela Câmara Municipal, mas isso não altera em nada a situação envolvendo o registro de candidatura, que não é afetado por matéria constitucional que admitisse a subida do recurso".

"Era uma decisão que já esperávamos. É bom porque a campanha ganha mais estabilidade e segurança", comentou a advogada do PDT, Dayane Medeiros.

A Procuradoria Regional Eleitoral no Paraná, órgão do Ministério Público Federal (MPF), também opinou pela manutenção da candidatura de Barbosa Neto. No mérito, a procuradora eleitoral substituta Elena Marques ressaltou que a "decisão da Câmara deu-se em data posterior à apresentação do pedido de

registro de candidatura, o que inviabilizaria, nesta fase do processo eleitoral, o reconhecimento da inelegibilidade do candidato".

Como teve o parecer acolhido na decisão do TRE, o Ministério Público Federal não irá recorrer ao TSE, em Brasília, e a pendência judicial sobre a candidatura de Barbosa fica resolvida. Caso Barbosa se eleja, o Ministério Público poderia impugnar sua diplomação, em razão da suspensão dos direitos políticos por oito anos gerada pela cassação, e o pedetista não poderia tomar posse. Dayane Medeiros não quis comentar esta possibilidade. "Fica difícil a gente tratar da 'futurologia'. Nem sabemos como serão julgadas as ações para reverter a cassação. No momento, sabemos apenas que o Barbosa é candidato."

14 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

5 de julho

Barbosa Neto se inscreve na Justiça Eleitoral para disputar a vaga de prefeito de Londrina.

13 de julho

Termina o prazo para envio à Justiça Eleitoral de pedidos de impugnação de registros de candidaturas. O Ministério Público Eleitoral (MPE) não questionou a inscrição de Barbosa Neto.

30 de julho

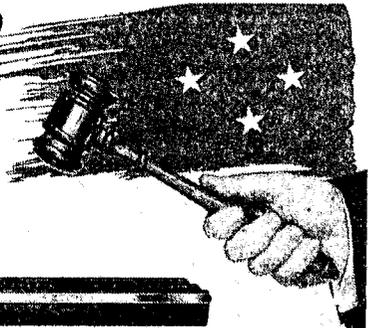
Barbosa Neto perde o mandato de prefeito de Londrina e tem os direitos políticos suspensos por decisão da Câmara de Vereadores. No mesmo dia, o juiz eleitoral Álvaro Rodrigues Junior aprova o registro de candidatura de Barbosa Neto.

31 de julho

Com base na decisão da Câmara de Vereadores, o MPE recorre à Justiça Eleitoral local e também estadual questionando a candidatura de Barbosa Neto.

06 de agosto

Juiz eleitoral Álvaro Rodrigues Junior se manifesta a favor da candidatura de Barbosa Neto, apesar do



questionamento do MPE, argumentando, entre outras coisas, que as condições de elegibilidade devem ser observadas no momento do registro da candidatura (5 de julho), quando o candidato ainda não tinha sido cassado.

08 de agosto

Diante do imbróglio jurídico, o então candidato a vice-prefeito na chapa de Barbosa Neto, Clóvis Coelho, deixa a disputa. No dia seguinte, o PDT anuncia a entrada de Professor Bordin no lugar.

13 de agosto

A corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, por unanimidade, rejeita o recurso do MPE, confirmando a candidatura de Barbosa Neto. O relator do caso no TRE, Luciano Carrasco, argumenta, entre outras coisas, que o MPE não impugnou o registro no prazo determinado pela legislação eleitoral.

14 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

Ophir: 'Julgamento traz debate sobre foro'

O julgamento do "mensalão" pelo Supremo Tribunal Federal (STF) traz à tona novamente a discussão acerca do foro privilegiado para agentes políticos, algo que "cada vez mais precisa ser debatido". Este é o entendimento do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, ontem em Londrina.

Cavalcante lembrou que o foro por prerrogativa de função nasceu sob a ditadura para "proteger os que estavam ligados ao governo". "E de forma contraditória, nossa Constituição Cidadã de 1988 não só manteve o foro privilegiado como o ampliou muito. Da forma como tem sido aplicado, beneficia muito o réu. Acho que o momento para refletirmos sobre este tema." O advogado acredita que algumas funções poderiam continuar a ter foro, mas não de maneira tão ampla como é hoje.

Normalmente, os processos com foro privilegiado acabam demorando mais para serem julgados porque tramitam em tribunais, onde a estrutura é para julgar recursos e não começar ações. Isso atrasa o trabalho dos tribunais, como tem ocorrido atualmente com o STF, que é um tribunal criado especificamente para julgar ações relativas à Constituição Federal.

"O STF está parado e já tem um deficit de julgamentos muito grande", disse Cavalcante, lembrando que questões importantes ainda não foram votadas pelos ministros. A própria OAB tem duas ações diretas de inconstitucionalidade questionando aposentadoria de ex-governadores em Sergipe e Rio de Janeiro que estão prontas para serem julgadas, mas não há dia disponível. A ação com o mesmo questionamento relativa ao Paraná ainda não está pronta para ser julgada, disse Cavalcante.

INFORME

Eleição suplementar

De passagem ontem por Londrina, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, considerou extremamente positiva a decisão do Ministério Público Federal (MPF) de cobrar de candidatos que dão causa ao cancelamento de eleições o ressarcimento dos cofres públicos com os gastos com eleições suplementares. A primeira ação neste sentido no Paraná foi movida pelo MPF de Umuarama para cobrar candidatos a prefeito e vice em Tuneiras do Oeste, que teriam comprado votos, causando a anulação da eleição. "Processos como esses devem ter prioridade na Justiça porque se o cidadão souber que, além das implicações eleitorais, terá que pagar com o próprio patrimônio, ele pensará duas vezes antes de romper o processo eleitoral."

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO 14 AGO 2012

DF: juiz cogita transformar estádio em presídio

O titular da vara de Execuções Penais de Brasília, juiz Ademar Vasconcelos, anda tão preocupado com a falta de vagas nos presídios da capital, que adverte: se o governador Agnelo Queiroz (PT) não construir novas penitenciárias, ele não terá alternativa senão requisitar prédios públicos como o novo Estádio Nacional Mané Garrincha, após a Copa do Mundo, para transformá-los em abrigo provisório de presos.

Superlotação

No Distrito Federal há 6.500 vagas para 11.300 presos, entre os quais muitos doentes ou necessitados de assistência profissional urgente.

Missão difícil

Com marcante atuação em Planaltina, o juiz Ademar Vasconcelos foi designado para a vara de Execuções, diz ele, "porque ninguém queria".

Falta ministro

O Supremo não indica nova lista tríplice, por isso continua aberta uma das duas vagas da classe de advogado para ministro titular do Tribunal Superior Eleitoral. O mandato de Marcelo Henriques acabou em maio.

Mensalão

OPINIÃO DOS LEITORES

Finalmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) está julgando os crimes praticados por intermédio da atividade ilícita chamada mensalão. Oxalá, aquele augusto Poder, agindo como sempre agiu, aplique a lei e faça Justiça com a sabedoria e a retidão que são apanágios de seus ínclitos ministros. Que contemplem os interesses e a esperança da sociedade brasileira, a fim de ficar evidenciado que a famigerada impunidade chegou ao fim em nosso País. Lamente-se, porém, que o "chefão" de todo esse mar de lama permaneceu incólume. Afinal, "ele nunca sabia de nada".

RUBENS VASCONCELOS CALIXTO (serventário de Justiça) - Fênix

Julgamento do mensalão

O STF está julgando a AP 470. A expectativa é que o julgamento seja estribado em critérios técnicos com distanciamento do julgamento político que se vem tentando imprimir. Ao final, que os réus considerados culpados cumpram suas penas para mostrar à sociedade que se fez justiça. A par disso, o STF precisa também dar uma resposta aos brasileiros sobre a ação penal que envolve o mensalão tucano, criado em Minas Gerais pelo senador Eduardo Azeredo, que já deveria ter sido julgado porque é anterior ao mensalão do PT, bem como julgar a privatária tucana, cujos recursos arrecadados com a venda das estatais teriam sido enviados para paraísos fiscais. Confiamos que o STF fará a sua parte.

HELEMILTON DIAS DE OLIVEIRA (advogado) - Londrina

14 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

Sindicância vai apurar suposta agressão na PEL I

Danilo Marconi
Reportagem Local

Londrina - A Corregedoria do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) abriu sindicância para apurar supostos abusos cometidos por agentes na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) I. Um grupo é acusado de agredir verbal e fisicamente um detento. Como punição estão previstas advertência e até exoneração do cargo.

"Lamentavelmente ocorre um ou outro incidente (durante as revistas nos presídios), mas não temos nenhum juízo prévio a respeito do que aconteceu. Foi encaminhada para Corregedoria e eles instauram a sindicância enquanto a Polícia Civil, o inquérito", explicou o diretor-geral do Depen, Maurício Kuehne.

O fato teria ocorrido na última sexta-feira ao final do treinamento do Núcleo de Operações Especiais (NOE), do qual participaram 120 agentes penitenciários de Londrina e Maringá. A discussão entre o preso e

o agente teria ocorrido durante revistas realizadas nas galerias 3 e 5. "São as alas onde ficam os presos ligados a facções criminosas, os mais nervosos", comentou um agente, que preferiu não ter a identidade divulgada. Doze celulares foram apreendidos nas celas, além de uma pequena porção de droga.

De acordo com a denúncia, o detento teria se negado a cumprir uma ordem durante a revista. Ele foi contido por um grupo de agentes, algemado e supostamente agredido fisicamente. O preso foi colocado na área de isolamento por dez dias. Como punição pelo ato de indisciplina, os agentes deixaram os demais presos sem comida.

Os agentes negam a agressão. "Ele foi colocado em um cubículo e então passou a se jogar na parede para ficar com marcas pelo corpo para acusar a nossa categoria de agressão", rebateu o profissional.

Os fatos estão sendo apurados pela direção da PEL I. "A

gente está apurando toda a situação para ver se teve mais presos envolvidos no fato. O preso foi encaminhado para a Delegacia de Polícia e também ao IML (Instituto Médico Legal) para realização do exame de corpo de delito. Estamos aguardando o retorno dos laudos para encaminhar o relatório ao Depen", informou o diretor da PEL I, Elcio Basdão.

O e-mail descrevendo a suposta humilhação repassado para a imprensa informa que os presos podem revidar as agressões. "Melhor a cidade se preparar para um rio de sangue porque os presos já deram o recado de que haverá troco e vai ser do jeito do ladrão."

O diretor da PEL confirmou que a situação é de alerta. "A gente mantém conversas com os presos no sentido de passar esclarecimentos para eles da operação que ocorreu. A gente está trabalhando lá dentro no sentido de monitorar os ânimos. A princípio os ânimos não estão alterados", garantiu Basdão.

14 AGO 2012

METRO

Justiça quer identificar pais de 187 mil crianças

- CNJ enviou ao Paraná os nomes de todos os alunos de escolas públicas e privadas que não forneceram o nome do pai nas suas fichas
- Juízes estão convocando supostos pais para fazer o reconhecimento dos filhos



Crianças sem pai identificado
Segundo os cadastros do Censo Escolar de 2011



Fonte: Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

*O Paraná não enviou os dados ao conselho

14 AGO 2012

METRO

Estado tem 187 mil crianças sem pai

- Programa do CNJ já resultou em 2.652 reconhecimentos espontâneos de paternidade no Paraná
- No Brasil todo, 151 mil mães já foram convidadas a identificar supostos pais

Desde que foi criado, em agosto de 2010, o programa Pai Presente, criado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e feito em parceria com o TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) conseguiu o reconhecimento espontâneo de 2.652 crianças que haviam sido registradas no nascimento sem o nome dos pais no Paraná.

O número é baixo em comparação aos de alunos cadastrados sem o nome paterno no Censo Escolar de 2011. Somente no Paraná são 187 mil crianças nestas condições - uma população maior, por exemplo, do que a da cidade de Guarapuava.

Elas são a base do programa. "Já enviamos os dados para todas as comarcas e os juizes estão convidando as mães para que apontem os supostos pais", conta o desembargador do TJ, Lauro Fabrício de Melo.

No Brasil todo, 150 mil mães já foram convidadas para que apontem os su-

"Reconhecer o filho é além do material, é para conforto espiritual da criança."

RICARDO CHIMENTI, JUIZ

postos pais. No Paraná, foram abertos 30 mil processos administrativos. "Desde fevereiro, a identificação pode ser feita em qualquer cartório. Com isso, o programa decolou", afirma o juiz auxiliar do CNJ Ricardo Chimenti.

Para iniciar o processo, a mulher tem que informar o endereço e o nome do suposto pai. A partir disso, o homem é convocado. "Se ele negar ou pedir um DNA, é aberto um processo", diz Chimenti. "Os casos envolvendo menores têm prioridade, mesmo assim pode levar anos", admite.



THIAGO MACHADO
METRO CURITIBA

14 AGO 2012

METRO

Justiça vai multar companhias aéreas

● Empresas deverão comprovar quedas nas taxas de cancelamento e remarcação de voos ● Tarifa máxima só pode chegar a 10% do valor

A Justiça Federal publicou ontem decisão que obriga aéreas a comprovarem o cumprimento de sentença de 2011 que determina a redução das taxas cobradas para remarcação ou cancelamento de passagem, que pode ser de até 10% do valor do bilhete. Caso não comprove, cada empresa será multada em R\$ 100 mil, segundo o MPF (Ministério Público Federal) no Pará, autor da ação.

A decisão vale para as companhias TAM, Gol, Cruiser, TAF e Total. As empresas têm 15 dias para atender à decisão, contados a partir de segunda-feira.

As aéreas terão ainda de devolver aos consumidores os valores cobrados além



desses limites. A devolução deverá ser feita em todos os casos desde 5 de setembro de 2002. "A decisão é nacional e dá respaldo ao consumidor. A expectativa é que as companhias cumpram a decisão e definam os procedimentos para ressarcimento", diz o assessor chefe do Procon-SP, Renan Ferracioli.

O ministério afirma que o pedido foi feito em março deste ano após informações encaminhadas por clientes de que as empresas vinham ignorando a determinação judicial de maio de 2011. Segundo a decisão, para pedidos de cancelamento ou de remarcação das passagens feitos em até 15 dias antes

da data da viagem, a taxa máxima é de 5% sobre o valor do bilhete. Se a solicitação for feita nos 15 dias que antecedem a data do voo, a tarifa máxima é de 10%. Mas segundo o MPF, as taxas chegavam a 80% sobre o valor dos bilhetes. Foram registradas pelo Ministério cerca de 20 reclamações por mês desde abril de 2012.

No caso de cobranças abusivas, o consumidor deve procurar a empresa para esclarecimentos e pode questionar o assunto nos órgãos de defesa.

A Gol e a TAM afirmaram que vão se manifestar nos autos do processo. A Total disse que não foi notificada. A Cruiser e a TAF não foram localizadas.

TJ terá de explicar ao CNJ por que não divulgou salários

Conselho dá prazo de 5 dias para tribunais que ainda não publicaram vencimentos nominalmente apresentarem justificativa

BRASÍLIA
Agência O Globo

Os presidentes dos tribunais que ainda não divulgaram de forma individualizada os valores dos vencimentos de seus magistrados e servidores terão de explicar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no prazo de cinco dias, os motivos que os levaram a descumprir resolução do colegiado. A decisão, que foi divulgada pelo CNJ ontem, é do conselheiro Wellington Saraiva, com base em levantamento concluído pelo conselho em 8 de agosto.

Entre os que terão de apresentar explicações ao CNJ está o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Na semana passada, o tribunal decidiu não divulgar de forma individualizada o salário dos servidores e magistra-

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



Kfoury terá de dar explicações ao CNJ.

dos do Judiciário paranaense. O presidente do TJ, o desembargador Miguel Kfoury Neto, disse na semana que passou que decisões liminares impedem a publicação das informações dentro do que determina a Resolução n.º 151 do CNJ.

Também deverão apresentar explicações os responsáveis pelos Tribunais Regionais do Trabalho da 4.ª (Rio Grande do Sul) e da 10.ª região (Distrito Federal e Tocantins); tribunais es-

taduais de justiça do Pará (TJ-PA) e Tocantins (TJ-TO); tribunais regionais eleitorais do Mato Grosso do Sul (TRE-MS), do Piauí (TRE-PI), do Rio Grande do Sul (TRE-RS) e de São Paulo (TRE-SP), e o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJM-RS). A presidência do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) obteve prorrogação de prazo até 21 de agosto. Caso não cumpra a resolução até essa data, também terá de dar explicações.

“A partir dessa informação que vamos receber dos tribunais, vamos decidir o que fazer”, afirmou Saraiva. “Vamos avaliar as razões que levaram alguns tribunais a não cumpri-la e ver se será preciso tomar alguma outra providência. Nós não trabalhamos com a hipótese de que algum tribunal vá descumprir deliberadamente a resolução. É uma hipótese que afastamos”, ressaltou o conselheiro.

A decisão também determina o encaminhamento de comunicação à Advocacia-Geral da União (AGU) para avaliar a possibilidade de cassar as liminares, concedidas pela Justiça, que impediram a divulgação dos salários pelos tribunais regionais eleitorais de Santa Catarina (TRE-SC) e da Bahia (TRE-BA).

14 AGO 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Novo Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Miguel Kfoury Neto, autorizou ontem o início da primeira etapa de construção do edifício do novo Fórum Cível do Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Essa primeira etapa, que deve ser concluída em janeiro de 2013, terá um custo de R\$ 14 milhões e será custeada pelo Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus).

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA 14 AGO 2012

Tentativas

Os mesários das cidades que utilizarão as urnas biométricas nas eleições deste ano farão até 12 tentativas de identificação do eleitor. Se não houver sucesso, o eleitor terá de ser identificado por meio de um documento oficial com foto. No último sábado, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) realizou uma simulação da votação com as urnas biométricas em Curitiba. O simulado, no entanto, contou apenas com 26% dos eleitores que foram convidados. Desses, 8% não tiveram as impressões digitais reconhecidas pelo equipamento eletrônico.

CORREÇÃO

Posse do novo presidente do STJ será no dia 31 de agosto

Diferentemente do publicado na edição do último dia 10 de agosto na reportagem "Novo presidente do STJ vê riscos na divulgação de salários de juizes", a posse do novo presidente do Superior Tribunal de Justiça, Félix Fischer, será no próximo dia 31 – e não no dia 29, como foi informado na matéria. Fischer cumprirá mandato de dois anos à frente do tribunal.

COLUNA DO LEITOR

Vale-refeição retroativo

Parabéns pela coluna de Rosana Félix a respeito do vale-refeição retroativo para o Judiciário e MP (**Gazeta**, 11/8). Essa gente é exatamente quem deveria zelar pela cidadania, pela ética, pela verdade e agir contra a baixaria. E são os primeiros a chafurdar na lama.

Francisco A. R. Lima Jr.

GAZETA DO POVO

» LONDRINA

TRE mantém registro de candidatura de Barbosa Neto

14 AGO 2012

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) rejeitou ontem o recurso apresentado pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) contra o registro da candidatura do prefeito cassado de Londrina, Barbosa Neto (PDT). Por unanimidade, os desembargadores acompanharam o voto do relator Luciano Carrasco, que entendeu não haver legitimidade para o Ministério Público impugnar a candidatura de Barbosa.

O TRE entendeu que o pedido de impugnação do ex-prefeito ocorreu após o prazo legal. Por isso, não seria possível barrar a candidatura dele. Barbosa teve os direitos políticos cassados pela Câmara de Vereadores em 30 de julho, já após vencido o prazo de impugnações de candidaturas. No mesmo dia da cassação, aliás, o juiz Álvaro Rodrigues Júnior, da Justiça Eleitoral de Londrina, liberou o registro do ex-prefeito para concorrer à reeleição.

Os promotores em Londrina afirmaram que não pretendem recorrer da decisão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com isso, fica garantida a participação de Barbosa Neto nas eleições deste ano. No entanto, caso ele vença o pleito e não consiga reverter a decisão que cassou o seu mandato, a eleição pode ser anulada.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Vaga em penitenciária tem. Mas não tem comida

14 AGO 2012

A secretária estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, é um caso à parte no secretariado de Beto Richa: pela competência e experiência acumuladas ao longo de sua carreira no Ministério Público, está alguns degraus acima da média da equipe que ocupa o primeiro escalão. Nem por isso consegue dar à sua pasta desempenho compatível às qualidades técnicas e pessoais que reúne.

Dentre outros setores, sua secretaria é responsável pelo sistema prisional do estado — isto é, pelo conjunto de estabelecimentos penais que guardam atrás das grades os condenados pela Justiça. A tarefa não é fácil: depois de São Paulo, o Paraná é o estado que mais presos tem nas penitenciárias; eram 16 mil até há alguns meses, agora são cerca de 13 mil.

Entretanto, as cadeias públicas estão superlotadas. Em seus xadrezes — administrados por outra secretaria, a da Segurança Pública — coabitam presos comuns com outros que, por já terem sido condenados, deveriam ter sido transferidos para o lugar próprio, ou seja, para as penitenciárias.

Não tem mais lugar para eles nas penitenciárias? Isto é relativo: há uma novinha em folha em Cruzeiro do Oeste (Noroeste do estado), construída no governo Requião/Pessuti e inaugurada por Richa em março passado, em que, das 720 vagas, só 150 foram preenchidas. Portanto, só lá há 570 vagas ociosas.

Por quê? Simples: porque não há comida para alimentar todos eles. A Secretaria da Administração, responsável pelas compras, apesar do prometido choque de gestão pelo qual o governo passaria a partir de janeiro de 2011, não conseguiu até hoje concluir os processos de licitação para abastecer a despesa da Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste, conhecida pela sigla "Peco". Além disso, não havia um telefone instalado nem

há até agora uma rede de internet, ferramentas mais que essenciais para administrar a unidade e para integrá-la ao sistema.

Ainda assim, a secretária Maria Tereza Uille não perde o otimismo. Acredita que tais problemas serão logo solucionados, assim como conseguirá concluir em breve um muro de isolamento da penitenciária feminina, em Piraquara — uma ala que resultou da reforma da antiga Penitenciária Central do Estado (PCE) — na qual serão recolhidas 600 presidiárias que hoje, em grande parte, irregularmente cumprem penas em cadeias públicas.

Com aquisições de camas para ampliar a capacidade das atuais celas em várias unidades e com a reforma e expansão de outras, a secretária imagina que poderá criar 5 mil novas vagas até o fim do ano — desde que, claro, outras condições sejam cumpridas por áreas do governo que não dependem dela. Por exemplo: se não houver a contratação (mediante processo seletivo, que é mais rápido) de agentes carcerários, a atual situação de estrangulamento tenderá a persistir. Sem eles, é impossível fazer funcionar qualquer penitenciária.

Outro motivo de otimismo da secretária reside no funcionamento da Defensoria Pública — organismo que ela ajudou a criar — que acaba de realizar concurso para contratação de advogados para o seu quadro. Muitos presos que já poderiam estar soltos ainda ocupam vagas porque não dispõem de assistência jurídica. Com a Defensoria, muitas celas poderão ser esvaziadas.

GAZETA DO POVO

Educação em Direitos

Humanos e crise de autoridade

14 AGO 2012

OPINIÃO

WANDA CAMARGO,
educadora e presidente
da Comissão do Processo
Seletivo das Faculdades
Integradas do Brasil
(UniBrasil)

Mesmo sem ser profissional da área específica da educação, é fácil perceber a grande crise de autoridade em que nos encontramos imersos hoje. As novas gerações rejeitam a apropriação de parte expressiva dos comportamentos e valores do "mundo adulto", questionando a legitimidade dos padrões tradicionais instituídos por escolas, famílias e mesmo a comunidade.

Dentre estes âmbitos, é no meio escolar que esta oposição apresenta sua face mais contundente. Já que o professor costuma ser identificado com todo o autoritarismo socialmente vigente, sem ter, no limite, exatamente o poder de um pai ou mãe. O Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido respeitado, excluindo as grandes exceções de praxe, e o ofício de aluno está estabelecido como a grande obrigação social deste ser em formação, em que pesa sua dificuldade na distin-

ção perfeita entre autoridade e autoritarismo.

É na atividade cotidiana que são constituídas as representações que os sujeitos possuem acerca da realidade social, e onde os indivíduos dão sentido às suas ações; e, assim, as concepções de autoridade constituem um dos marcos referenciais do comportamento. Alunos costumam ver os educadores como representantes da cultura estabelecida, porta-vozes de uma autonomia geracional não desfrutada por eles, e algumas vezes reagem de forma explosiva. A ânsia juvenil pela autonomia, igualdade e liberdade, em oposição à necessidade do adulto em relação à manutenção da ordem social, provocam disputa por espaço e tempo para a expressão de outra cultura, que não a dominante.

No momento em que o Conselho Nacional de Educação trabalha com a elaboração das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, preocupada com o processo de promoção, proteção e defesa de sua aplicação para estimular o estudante a exercitar seus direitos e responsabilidades, a reflexão acerca da autoridade no relacionamento entre educandos e educadores é essencial para a socialização entre estas gerações.

A defesa da dignidade humana acarreta a visão do jovem

também como produtor de conhecimento e subjetividade, merecedor de respeito e consideração. No entanto, quem tem conversado com educadores, principalmente no nível educacional intermediário, percebe claramente o conflito, a sensação de fragilidade do professor diante da crescente agressão verbal por parte dos seus alunos -- alguns até temendo pela sua integridade física -- e, por outro lado, educandos cada vez mais insatisfeitos com o saber oferecido pelas instituições, consideradas ultrapassadas e reacionárias diante do oferecido pela internet, mídias sociais ou até pelas ruas.

Na pretensão de uma educação ética, crítica e política, como afirma o Conselho Nacional de Educação, a inclusão de mais um item curricular não parece ser a única, ou mesmo a mais adequada solução; se é verdadeiro que não existe democracia sem respeito aos direitos humanos, e se esta implica em bom relacionamento entre cidadãos na convivência diária, dificilmente resolveremos o impasse pela publicação de mais uma resolução (dentre as centenas já existentes) que regulam o sistema educacional. Valorização do magistério, melhor preparação do docente em formação, melhores condições estruturais e pedagógicas, readequação tecnológica do ambiente escolar com certeza teriam mais utilidade.

14 AGO 2012

GAZETA DO POVO

Advogado de Jefferson acusa Lula de ser o mandante do mensalão

Ex-presidente não é um "pateta" e sabia de tudo, diz defensor

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente, com agências

Em um dos momentos mais tensos das oito primeiras sessões do julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), a defesa do ex-deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson, disse ontem que o ex-presidente Lula "ordenou" a realização do suposto esquema. Nas palavras do advogado Luiz Francisco Corrêa Barbosa, que defende Jefferson, Lula "não só sabia como desencadeou tudo" e não está entre os réus devido à "omissão" do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

"Aqueles ministros [José Dirceu, Luiz Gushiken e Anderson Adauto, também réus] eram apenas executivos dele [Lula]", disse Barbosa. Ele também usou como argumento a fama de político inteligente de Lula. "O presidente não é só 'safo' [esperto]. Ele é doutor honoris causa em universidades internacionais. Mas é um pateta? Tudo isso aconteceu sobre suas barbas e nada."

Barbosa disse que, durante o segundo mandato do presi-

dente, chegou a encaminhar à Casa Civil (na época comandada pela atual presidente Dilma Rousseff) um pedido de informações para saber quais foram as medidas tomadas por Lula sobre o mensalão. "Na prática, não havia sido feito nada."

A tese de que o ex-presidente sabia de tudo contradiz declarações anteriores do próprio Jefferson. Quando o escândalo estourou, em 2005, o ex-deputado disse que havia alertado pessoalmente o ex-presidente sobre o mensalão, mas que Lula era inocente. Para Barbosa, contudo, não há contradição. "Ele [Jefferson] tem de falar aquilo que viu, enquanto eu tenho de iluminar ao caso." A "iluminação" do advogado, no entanto, teve o mesmo foco da maioria dos demais advogados de defesa: Gurgel.

"Se esse julgamento quer a prova, digam ao povo que a culpa é do procurador-geral da República, que não cumpriu o seu trabalho." Barbosa acusou Gurgel de "sentar na denúncia" contra Lula e de ter sido "omisso" — o que vai levar a um "festival de absolvições".

Ao falar sobre a suposta participação de Jefferson no mensalão, Barbosa afirmou que os recursos que chegaram ao ex-deputado pelo "valerioduto" faziam parte de uma negociação legal feita entre as direções nacionais de PT

e PTB para saldar dívidas da campanha municipal de 2004. "Não era possível vincular-se o que aconteceu um ano antes, na eleição, com votação do projeto que trata da Previdência."

A reforma da Previdência citada pelo advogado seria, segundo a denúncia, uma das propostas cujo apoio parlamentar teria sido pago pelo mensalão. O advogado expôs que não faria sentido que o partido recebesse propina pelo apoio porque é "historicamente" ligado à causa. O ex-deputado é acusado no processo de lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Ao todo, ele teria negociado o repasse de pelo menos R\$ 4 milhões do PT para o PTB.

Lula não quis comentar a acusação da defesa Jefferson.

Outros deputados

A defesa do ex-deputado Bispo Rodrigues confirmou ontem que seu cliente recebeu R\$ 150 mil do valerioduto, mas negou que era pagamento da compra de votos. Seu advogado, Bruno Braga, argumentou que a verba teria sido usada para pagar as despesas eleitorais do antigo PL, hoje PR. A defesa do ex-deputado federal Romeu Queiroz afirmou que a quantia de R\$ 120 mil recebido pelo parlamentar do mensalão "tinha aparência de origem sadia".

Advogado de Borba desqualifica denúncia

A defesa do ex-deputado federal paranaense José Borba desqualificou ontem o uso dos depoimentos do publicitário Marcos Valério e da ex-diretora financeira da agência SMP&B Simone Vasconcelos para tentar incriminá-lo. Segundo o advogado Inocêncio Mártires Coelho, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, não apresentou qualquer prova material contra Borba, apenas se baseou em declarações dos dois. De acordo com a denúncia, ele teria recebido pelo menos R\$ 200 mil para votar a favor de projetos de interesse do governo Lula na Câmara — em especial, as reformas tributária e previdenciária.

“Tudo leva a crer tratar-se de uma acusação susten-

PARANAENSE

Emerson Palmieri foi citado para envolver Jefferson, diz defesa

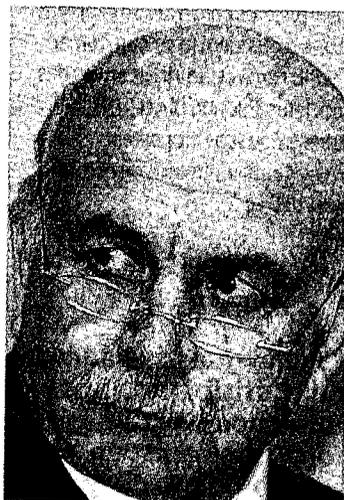
O advogado Itapuã Prestes Messias sustentou que o ex-primeiro-secretário do PTB, Emerson Palmieri, foi envolvido indevidamente entre os 38 réus do mensalão para atingir o presidente do partido, Roberto Jefferson. “Era preciso descredibilizar (sic) Emerson Palmieri para cortar uma das pernas de sustentação de Roberto Jefferson”, disse Messias. Ele negou que o cliente fosse “tesoureiro” do partido na época do mensalão e que apenas exercia funções partidárias internas, nenhuma delas ligada à negociação de recursos de campanha. Messias subiu à tribuna logo depois do advogado de

Fábio Dias/Gazeta Maringá



Borba é acusado de receber R\$ 200 mil do “valerioduto”.

tada por uma inverossímil história, na qual uma outra ré [Simone] disse que teria entregue R\$ 200 mil a ele, sem recibo e sem anotação.



Palmieri: acusado de lavagem de dinheiro e corrupção.

Jefferson, Luiz Francisco Corrêa Barbosa. Assim como o colega, atacou a qualidade da peça de acusação feita pelo procurador-geral da República, Roberto

(...) Não há registro, não há anotação, não há o nome, não há a prova material”, sustentou o advogado.

Ele também atacou a falta de “credibilidade” de Valério. “Quem é Marcos Valério? Trata-se de um personagem cuja própria denúncia informou declarações viciadas”.

Na denúncia, contudo, Gurgel descreve que “ficou comprovado” que Borba recebeu pelo menos R\$ 200 mil do “valerioduto”. O procurador descreveu com detalhes como ocorreu a entrega do recurso. “O recebimento do dinheiro aconteceu na agência do Banco Rural no Brasília Shopping, por intermédio de Simone Vasconcelos”, sustenta Gurgel. Ao todo, segundo depoimento de Valério à Justiça, Borba teria recebido R\$ 2 milhões. Na época, o então deputado era líder do PMDB. Hoje ele é prefeito de Jandaia do Sul, no Norte do Paraná, pelo PP.

Gurgel, descrita como “irresponsável” e “midiática”. Palmieri é acusado dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ele teria recebido, junto com Jefferson, R\$ 4 milhões de Marcos Valério. A defesa garante que a transferência do recurso fazia parte de um acordo lícito entre PT e PTB.

Palmieri era ligado politicamente ao também paranaense e ex-presidente nacional do PTB, José Carlos Martinez, morto em um acidente aéreo em 2003. Uma das testemunhas de defesa apresentadas por Palmieri em etapa anterior do julgamento foi Alex Canziani, único deputado federal eleito pelo PTB nas duas últimas legislaturas. Palmieri ainda mora em Curitiba.

14 AGO 2012

GAZETA DO POVO

» TIAGO RECCHIA

STAND UP COMEDY NO STF...

...E EU JÁ
CONTEI
AQUELA DA
"IMPOSSIBILIDADE
JURÍDICA"?
NÃO?



TV TJPR

O Tribunal de Justiça do Paraná deu um importante passo na quinta-feira (9/8) para concretizar o início do processo de transmissão da programação da TV Senado e da TV TJPR em sistema aberto e digital para Curitiba. Foi assinado um Protocolo de Intenções entre o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfourri Neto, o presidente do Senado Federal, senador José Sarney, e a diretora-geral do Senado Federal, Doris Marize Romariz Peixoto. A solenidade, na presidência do Senado, também contou com a presença do senador Sérgio Souza e do juiz auxiliar da presidência do TJPR, Frederico Mendes Júnior. A parceria formalizada entre as instituições permitirá que o Senado Federal adquira e instale todos os equipamentos de transmissão e ceda ao TJPR uma subcanalização, ou faixa de programação, do canal 20. Em contrapartida, o Tribunal assumirá a responsabilidade pelo espaço para a instalação dos equipamentos, bem como pela operação, guarda, limpeza e conservação do abrigo e equipamentos. O entendimento com o Tribunal prevê, ainda, a cessão de duas horas por dia da programação da Rádio Senado FM, na frequência 88,1 MHz, para transmissão de conteúdo institucional em Curitiba.

TERMO DE COOPERAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná firmou na segunda-feira (6/8), com diversos órgãos públicos e instituições um Termo de Cooperação Técnica que objetiva a união de esforços para o enfrentamento à violência contra a mulher e a cooperação em atividades que contribuam na divulgação, consolidação e implementação da Lei nº 11.340, intitulada Lei Maria da Penha, que completou na terça-feira (7/8) seis anos de existência. O acordo foi sugerido pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, presidida pela desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin. Apesar de a sugestão ter partido da Coordenadoria, todos os partícipes ajudaram na elaboração e aprimoramento do Termo. Dentre as diversas atribuições elencadas, estão: unificar registros de casos e processos para fins de estatística e divulgação dos dados referentes à Lei Maria da Penha; formação de magistrados, servidores, gestores públicos e membros do MP na temática da violência contra as mulheres; participação em programas nacionais que visem à efetivação da Lei Maria da Penha e das ações previstas no Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher, entre outras providências.

FÓRUM DA CIC

A instalação do novo Fórum Descentralizado da Cidade Industrial, que ocorrerá no mês de setembro, tem o objetivo de aproximar o Poder Judiciário da população, para facilitar o acesso dos moradores da região a serviços nas áreas de Família, Infância e Juventude e Juizados Especiais, que serão as competências da nova unidade. O Fórum abrangerá os bairros Cidade Industrial, Augusta, Riviera e São Miguel. Paralelo a essa inauguração, será implementado no Fórum, o Programa Justiça Comunitária, que visa à pacificação social, por meio da mediação de conflitos; conscientização da população a respeito de seus direitos, e o mapeamento e articulação dos setores de serviços e lazer envolvidos na comunidade, de modo que a resolução dos conflitos conte com o auxílio dessa rede de proteção, além de possibilitar o encaminhamento e orientação dos envolvidos. O programa contará com a atuação de voluntários da comunidade, previamente selecionados e capacitados pelo grupo de apoio técnico do Tribunal. O agente comunitário será o receptor dos conflitos oriundos dos habitantes da região. Após ser comunicado do problema, por uma das partes envolvidas, levará o caso para discussão com os servidores do Núcleo Comunitário, que funcionará nas dependências do Fórum. Na ocasião serão verificadas as medidas e frentes de atuação adequadas para aquele determinado conflito.

NOVA VARA

Foi instalado na quinta-feira (9/8) a 4ª Vara Criminal da comarca de Cascavel. A solenidade foi presidida pelo desembargador Paulo Roberto Hapner, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfourri Neto. Também estiveram presentes à cerimônia, a desembargadora Lenice Bodstein, integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e o desembargador Luiz Carlos Gabardo. Na mesma oportunidade, foi instalado junto à nova Vara Criminal o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Com a criação de mais uma Vara na comarca de entrância final, o estado terá uma expansão da prestação jurisdicional, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços naquele Foro.

14 AGO 2012

NOVA VARA 2

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfourri Neto, acompanhado do gestor do Processo de Instalação e Estatização do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, conduziu na quarta-feira (8) a solenidade de instalação da Vara da Infância e Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria da comarca de entrância intermediária de Telêmaco Borba.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, participou na segunda-feira (6/8), em Maceió/AL, do Fórum de Judicialização da Saúde coordenado e organizado pela ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, que funciona junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). O encontro precedeu o 19º Congresso Mundial de Direito Médico e o Congresso Brasileiro de Direito da Saúde (6 a 10 de agosto) da ABDS- Associação Brasileira de Direito da Saúde. O Fórum de Judicialização da Saúde é uma iniciativa do Poder Judiciário Brasileiro, com o objetivo de apresentar a visão do Judiciário sobre questões que envolvem o Direito da Saúde.

NOVO FÓRUM

A obra do novo Fórum de Porecatu está finalizada e a inauguração está prevista para a primeira quinzena de setembro. O projeto atende às novas normas de acessibilidade, inclusive com a instalação de um elevador adequado às pessoas com necessidades especiais. O Fórum possui uma área construída 2.273,49m² e está edificado em um terreno de mais de cinco mil metros quadrados, na rua Santos Dumont, s/nº. No novo prédio funcionarão Vara Cível, Criminal, Juizados Especiais e Distribuidor. O projeto, desenvolvido pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do TJPR, tem como responsável fiscal a arquiteta Karise Gonçalves Welter.

AMAPAR

Desde o dia 7 de agosto a presidência interina da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) passou a ser conduzida pelo juiz Frederico Mendes Junior, 1º vice-presidente da entidade. Mendes Junior também atua como juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. O atual presidente da Amapar, Fernando Ganem, volta à função no dia 19 de agosto, após breve período de férias.

DESIGNAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, designou o dia 16 de agosto, às 11h, para a solenidade de instalação da Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial da comarca de Mandaguari e da Vara Criminal, da Infância e da Juventude e Família da mesma comarca.

DESIGNAÇÃO 2

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, designou o desembargador José Hipólito Xavier da Silva para, a partir do dia 7 de agosto, compor a 14ª Câmara Cível do TJ, na vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Celso Seikiti Saito.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito, Patrícia de Fúcio Lages de Lima (1º grau) e Rogerio Ribas (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 13 a 20 de agosto. O serviço de plantão funciona entre 14h e 18h do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323-6767.

14 AGO 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ pede explicações aos tribunais que não divulgaram salários

Os presidentes dos tribunais que ainda não divulgaram os valores dos vencimentos de seus magistrados e servidores terão de explicar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no prazo de cinco dias, os motivos que os levaram a descumprir a Resolução n. 151 do colegiado. A decisão é do Conselheiro Wellington Saraiva, ouvidor do CNJ, com base em levantamento concluído no último dia 8 de agosto.

Foram intimados os responsáveis pelos seguintes tribunais: Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª e da 10ª região (TRT4 e TRT10); tribunais estaduais de justiça do Pará (TJPA) e Tocantins (TJTO); tribunais regionais eleitorais do Mato Grosso do Sul (TRE/MS), do Piauí (TRE/PI), do Rio Grande do Sul (TRE/RS) e de São Paulo (TRE/SP), e o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJM/RS). O despacho foi tomado no processo de cumprimento de decisão n. 0004704-66.2012.2.00.0000.

14 AGO 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Magistrados do Sudeste aprovam medidas para valorizar o Judiciário

Magistrados dos tribunais da região Sudeste, reunidos em Belo Horizonte/MG, aprovaram várias propostas de ação para valorizar e melhorar a imagem do Poder Judiciário. Eles participaram do lançamento do Programa Valorização – juiz valorizado, justiça completa, coordenado pelo CNJ. As propostas de todos os tribunais voltarão ao debate em outubro, em uma reunião em Brasília. O Conselheiro José Lucio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, destacou que os magistrados brasileiros estão sobrecarregados de trabalho e precisam ser tratados com respeito assim como todos os outros profissionais.

Outros três encontros – no Norte, Nordeste e Centro-Oeste – serão realizados antes do encontro nacional. O primeiro foi em Florianópolis/SC e reuniu os representantes dos tribunais da região Sul.

Os magistrados propuseram a fixação de número mínimo de servidores para auxiliar os juizes de primeiro grau, a valorização desses servidores, inclusive com distribuição de cargos comissionados na primeira instância.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedido de informações públicas 14 AGO 2012 não exige justificativa

De acordo com a resposta do Legislativo,
devem prevalecer os princípios da razoabilidade

A Defensoria Pública tem legitimidade para pedir informações diretamente a órgãos públicos. Com essa conclusão, o juiz Roney Guerra Duque determinou que a Câmara Municipal de Baixo Guandu (ES) informe à Defensoria do estado os valores de vantagens e gratificações pagas aos vereadores, o número de servidores e a quantidade de cargos comissionados disponíveis no Legislativo municipal.

A Defensoria fez o pedido porque pretende abrir uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa, para apurar denúncias de que a Câmara emprega funcionários fantasmas.

A assessoria jurídica da Câmara se recusou a fornecer os dados, exigindo uma justificativa quanto ao interesse coletivo do pedido. De acordo com a resposta do Legislativo, devem prevalecer os princípios da razoabilidade, da supremacia do interesse público e o direito à privacidade e à intimidade.

O Ministério Público deu razão à Câmara. Em seu parecer, disse

que o papel fundamental da Defensoria é defender os interesses dos hipossuficientes, e no processo não ficou claro quais são os direitos que pretende tutelar com os dados solicitados.

Na sentença, porém, o juiz entendeu que o mau uso do dinheiro público afeta toda a sociedade, mesmo que indiretamente. E, inclusive, atinge o hipossuficiente, “que não pode prover recursos para sua educação, lazer, cultura e saúde justamente daqueles que o defensor atende”.

Para o juiz da 1ª Vara de Baixo Guandu, a Defensoria Pública é mais um fiscal da lei no combate à corrupção. Ele afirmou ainda que não há dúvidas de o órgão pode propor Ação Civil Pública, o que também foi questionado pela Câmara.

Roney Guerra Duque afirmou que, de acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), se até o cidadão comum pode pedir tais informações aos órgãos públicos, a Defensoria Pública também pode.

14 AGO 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Audiências discutem criação de associação para atender condenados

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos participa até quinta-feira (16) de audiências públicas em quatro municípios para a criação da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac). As reuniões serão feitas nesta segunda-feira (13) em Londrina e nos dias seguintes em Londrina, Lapa e Ponta Grossa, com a presença da secretária Maria Tereza Uille Gomes.

A Apac é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social de condenados. A comunidade será gestora da associação com a coparticipação da Secretaria da Justiça, que terá lotados nas unidades um diretor e um vice, além de um servidor, para supervisão de questões penais e de segurança.

Os interessados em participar devem confirmar presença pelo e-mail maria.tereza@seju.pr.gov ou telefones (41) 3221-7202/(41) 3221-7204. O objetivo das audiências é fazer com que a sociedade, dirigentes e representantes de entidades comunitárias conheçam e opinem sobre o método Apac.

REINserção – Na Apac, os presos têm acesso a cursos supletivos, profissionalizantes, técnicos e alguns casos de graduação, oficinas de arte, laborterapia e outras atividades que contribuem para

a reinserção social. Esse sistema é vinculado à evangelização. Os presos são corresponsáveis pela sua recuperação e para isso contam com assistência espiritual, social, médica, psicológica e jurídica prestada por voluntários.

O método da Apac foi reconhecido pelo Prison Fellowship Internacional (PFI), organização não governamental que atua como órgão consultivo da Organização das Nações Unidas (ONU). Hoje, está implantando em mais de 130 cidades brasileiras e em países como Argentina, Equador, Estados Unidos, Peru, Escócia, Coreia do Sul e Alemanha.

No Paraná, o modelo Apac será voltado ao atendimento de presos do regime semiaberto. A primeira unidade será instalada em Barracão, no Sudoeste do Estado, numa iniciativa da juíza Branca Bernardi, com apoio do Ministério Público, prefeitos, lideranças políticas, sociais e religiosas e, especialmente, comunidade local. A Apac de Barracão vai funcionar no prédio ocupado pela delegacia.

PACTO – As audiências públicas para a instalação da Apac fazem parte do Pacto Movimento Mãos Amigas pela Paz. O pacto, assinado pelo governador Beto Richa em 27 de abril, reúne esforços dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná (OAB/PR).

14 AGO 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Julgamento do mensalão entra na última fase das defesas

A terceira semana de julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF) começou ontem com a defesa de mais cinco réus, entre eles quatro ex-deputados. É a última etapa da fase de defesa. Serão apresentadas hoje as defesas dos ex-deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ), que denunciou o esquema, e Bispo Carlos Rodrigues (do então PL-RJ), além de mais três ex-parlamentares. Todos respondem pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A expectativa é que a fase das defesas acabe no próximo dia 15. Em seguida, começa a etapa dos votos dos ministros da Suprema Corte,

começando pelo relator Joaquim Barbosa. Ele disse que seu voto tem cerca de mil páginas, mas que pretende apresentar um resumo. Porém, o advogado Márcio Thomaz Bastos pediu que os 11 ministros apresentem seus votos por inteiro, sem sínteses. Defendido pelo advogado Luiz Francisco Corrêa Barbosa, Jefferson responde sobre os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O ex-deputado Bispo Rodrigues responde sobre os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e será defendido pelo advogado Marcelo Ávila de Bessa.

Com a defesa do advogado Itapuã Prestes de Messias, o ex-

tesoureiro do PTB Emerson Palmieri responde também sobre os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Também pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro respondem os ex-deputados Romeu Ferreira Queiroz (na época no PTB-MG), cuja defesa será feita pelo advogado José Antero Monteiro Filho, e José Borba (PMDB-PR), defendido por Inocêncio Coelho.

Nos últimos dias, as defesas dos réus insistiram na inocência de seus clientes, mas vários advogados admitiram a existência de caixa 2, embora não tenham reconhecido a existência do mensalão.

Urnas com identificação biométrica são testadas em 117 cidades

Técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recomendaram, no fim de semana, a realização de testes com a urna biométrica em 117 cidades de vários estados, destinados a preparar os eleitores para as eleições de outubro. Nos dias 7 e 28 de outubro, quando haverá primeiro e segundo turnos, cerca de 7,7 milhões de eleitores, em 299 municípios de 24 estados, utilizarão a urna biométrica. Em 2010, pouco

mais de 1,1 milhão de brasileiros votaram usando o sistema.

Os eleitores de cinco capitais votarão usando as urnas com identificação digital. Estão na lista os eleitores de Aracaju (Sergipe), Curitiba (Paraná), Goiânia (Goiás), Maceió (Alagoas) e de Porto Velho (Rondônia). Em Alagoas e Sergipe, 100% das urnas usam a nova tecnologia. Os estados do Amazonas e de Roraima continuarão com as urnas

antigas. No Distrito Federal, não há eleições municipais.

Os eleitores de 299 cidades foram convocados para cadastrar sua impressão digital e fotografia, além de atualizar os dados. Em Curitiba, o cadastramento reduziu de 1,31 milhão para 1,17 milhão o total de eleitores da cidade. É a maior quantidade de eleitores entre as cidades que utilizarão as novas urnas nas eleições de outubro.

Incorporadora deve fazer reparos em condomínio

A 16ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre mandou a Rio Novo Incorporações Ltda a fazer uma série de reparos no Condomínio Edifício Liberty, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. A juíza Laura de Borba Maciel Fleck, em sentença concedida no dia 3 de agosto, entendeu que a incorporadora não executou seu serviço de maneira correta e, mesmo após ter sido notificada judicialmente dos erros de construção, deixou de cumprir sua obrigação de maneira integral.

Com base no laudo pericial, ela constatou que a Rio Novo não utilizou a boa técnica de execução e de acabamento nos muitos pontos da edificação que necessitam de reparos — motivo da queixa dos condôminos. Manifestou-se o perito sobre um dos itens: “As instalações elétricas foram executadas em desacordo com o que preconiza a boa técnica de execução e de acabamento e a norma específica que rege as instalações elétricas (...)”. Ou seja, “quando da realização da

obra ou da realização dos reparos, a ré não executou suas obrigações como deveria”.

O laudo técnico elaborado pelo perito nomeado pelo juízo apontou que devem ser reparados os seguintes itens: último pavimento e laje de cobertura; hall de serviço; hall social; hall de entrada; quadra poliesportiva; salão de festas; estar piscina/churrasqueira; piscina e casa de bombas; subsolo 2; subsolo 1; e fachada. Da sentença, cabe recurso ao Tribunal de Justiça.

FOLHA DE S. PAULO

14 AGO 2012

PEDÓFILOS NO LIMITE

Ativistas querem prevenir violência sexual contra crianças oferecendo compreensão e tratamento a portadores do transtorno que ainda não passaram da fantasia ao crime; é a vitimização do agressor?

ANTES QUE O MAL ACONTEÇA

Uma tentativa de prevenir violência sexual contra crianças, grupos oferecem compreensão, assistência e tratamento para 'pedófilo inofensivo'

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 14 AGO 2012

AMANDA LOURENÇO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A cada ano há mais denúncias de abuso sexual contra crianças. De janeiro a abril, passaram de 34 mil: um aumento de 71% em relação ao mesmo período de 2011, segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência.

Nos meses de maio e junho o crescimento foi ainda maior, talvez puxado pela aparição de Xuxa no “Fantástico”, declarando ter sido abusada na infância. Só nesse bimestre foram ouvidas 22 mil denúncias, alta de 30% em relação ao início do ano.

A repressão à pedofilia no Brasil dá passos —como a ampliação, em maio, do prazo de prescrição para esse crime abjeto no qual a criança é a vítima do desejo de alguém mais forte que ela e, quase sempre, de “confiança”.

Mas há quem defenda um trabalho de prevenção por meio de tratamento, cuidados e apoio dispensados ao agressor em potencial.

Um pedófilo não é obrigatoriamente um criminoso. Pode sentir atração por crianças e se manter afastado delas a vida inteira —ou por anos.

Segundo o psicólogo Antônio Serafim, do Hospital das Clínicas de SP, a literatura aponta que 75% dos pedófilos nunca chegam a sair da fantasia para o crime.

“É importante oferecer suporte aos que sofrem do transtorno”. Ele diz que os agressores são tipos imaturos e solitários. “A falta de habilidade social acaba os levando a mergulhos cada vez mais profundos na pedofilia.”

A pedofilia é classificada como uma desordem mental e de personalidade e também como um desvio sexual.

“Se o tratamento, que envolve terapia e medicamentos, for iniciado no tempo adequado, com técnicas adequadas e por profissionais

preparados, melhoras consideráveis e até a cura poderão ser alcançadas”, afirma José Raimundo Lippi, que é psiquiatra e presidente da Associação Brasileira de Prevenção e Tratamento das Ofensas Sexuais.

Surgiram iniciativas de apoio a pedófilos latentes em vários países. No Reino Unido e na Irlanda, o grupo Stop It Now! disponibiliza um número de telefone para quem tem consciência de seu problema e precisa de ajuda para continuar inofensivo.

DIFERENTES PERFIS

Na França há a L’Ange Bleu, fundada por Latifa Bennari, franco-argelina de 61 anos que não tem formação em psicologia, mas tem vasta experiência no assunto.

A associação é polêmica: em vez de dar assistência às vítimas, concentra-se no apoio aos pedófilos. Mas antes de fundá-la Bennari ajudou, durante 30 anos, pessoas traumatizadas por abuso sexual na infância.

Segundo ela, era comum a vítima pedir um encontro com seu agressor, para confrontá-lo e tentar seguir em frente. “Nesses grupos, fui percebendo vários perfis. Há o que não sente remorso, mas há o que sabe que tem algo errado com ele”, conta.

“A pedofilia aparece cedo, mas as agressões demoram para acontecer. Durante anos conseguem se controlar, mas um dia a oportunidade surge e alguns cedem”, diz Bennari, que trabalha com conhecimento de causa: ela foi abusada por um empregado da família dos cinco aos 13 anos.

O objetivo da sua entidade, diz, é apoiar os que têm conhecimento de seu transtorno, mas que, por consciência do mal que podem causar ou pelo simples medo da prisão, nunca realizaram seus desejos e precisam de ajuda para continuar inofensivos.

A L’Ange Bleu encaminha pessoas para consultas com psiquiatras, promove reuniões entre pedófilos em potencial e vítimas de pedofilia e até dá suporte jurídico a agressores, preservando a identidade dos participantes.

No Brasil não existe nada do tipo. Mas há o Centro de Estudos Relativos ao Abuso Sexual, em São Paulo, que atende famílias incestuosas.

“Fazemos ações anteriores ao aparecimento da patologia. A família incestuosa é uma fábrica de ofensores sexuais: ali são produzidos futuros pais incestuosos, pedófilos, estupradores etc. Trabalhar com essas famílias é fazer a prevenção primária desse grave problema de saúde pública”, explica Lippi.

INVERSÃO DE PAPÉIS

Iniciativas como a da associação francesa são alvo de críticas. Nesse modelo de prevenção os pedófilos seriam vitimizados além da conta.

É o que pensa a psicanalista Lekissandra Gianis, filiada à Escola de Psicanálise do Rio de Janeiro. Para ela, ajudar as crianças é mais urgente: “A prioridade deve ser dada às vítimas, que vivem no limiar do surto psicótico”.

Um caminho não invalida outro, segundo especialistas.

“Todo trabalho que vai na direção de intervir nas agressões sexuais é válido. Tratar o agressor em potencial seria positivo também para os profissionais, que teriam mais experiência nesse transtorno”, opina a psicanalista Fani Hisgail, autora de “Pedofilia - Um Estudo Psicanalítico” (Iluminuras). Mas ela ressalva que tratar um pedófilo é muito complexo. “Primeiro ele tem que reconhecer seu problema e querer se tratar.”

CONTINUA

14 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A L'Ange Bleu teve um início difícil. Em 1998, desejando chamar atenção para a causa, Bennari foi a um congresso de psicologia expor seu ponto de vista.

Rejeição unânime. “Todos me chamaram de louca, disseram para não focar no pedófilo, e sim na vítima. O objetivo era justamente evitar vítimas, mas disseram não ser politicamente correto. Achavam impossível um pedófilo sair das sombras antes de virar criminoso”, lembra.

Hoje, num dia normal, Bennari atende em média sete novos pedófilos em potencial.

Nos EUA, dois pedófilos que se conheceram na rede criaram o site “Virtuous Pedophiles”, que tenta mostrar ao mundo que um pedófilo pode ser inofensivo. Ethan*, como se apresenta um deles, diz que ninguém, exceto seu terapeuta, sabe de seu problema: “As pessoas nos odeiam”, justifica.

“Os profissionais não estão preparados para lidar com esses pacientes. Interrompem o tratamento assim que o pedófilo se assume. Acreditam que cedo ou tarde seremos todos criminosos. Até mesmo terapeutas espalham que todos os pedófilos são abusadores, embora nem todos os abusadores sejam pedófilos”, diz Ethan.

“ Se o tratamento for iniciado no tempo adequado, a cura poderá ser alcançada

JOSÉ RAIMUNDO LIPPI
psiquiatra da Associação Brasileira de Prevenção e Tratamento das Ofensas Sexuais

“ Por anos eles conseguem se controlar, mas um dia a oportunidade surge e cedem

LATIFA BENNARI
vítima de abuso na infância e ativista na prevenção da pedofilia

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 AGO 2012

UMA PESSOA PODE SER CONSIDERADA PEDÓFILO SE:

1 Tiver intensa atração sexual e fantasia sexual ou outro comportamento de caráter sexual por menores de 13 anos ou que ainda não tenham entrado na puberdade, durante um período constante de mais de seis meses

2 Tiver seu comportamento afetado por seus desejos, decidir

realizar seus desejos ou apresentar estresse e dificuldades sociais por causa de tais desejos

3 Tiver mais de 13 anos e for, no mínimo, três anos mais velha que a vítima (a criança)

Fonte: "Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders" (DSM-IV), da Associação Americana de Psiquiatria

TIPOS DE PEDÓFILO

ABSTINENTES

Eles tomam a decisão consciente de não se relacionar com crianças

PASSIVOS

Também não agem, mas apenas por timidez ou medo da prisão e da exclusão social

ATIVOS

Estão prontos para agir, sempre procurando uma oportunidade ou esperando que a ocasião se apresente

Fonte: L'Ange Bleu

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 14 AGO 2012

‘Se eu agisse na direção dos meus desejos, poderia ser muito nocivo’

“Sou um homem casado, quase 40 anos. Sinto atração por crianças. Meu desejo mais forte é por meninas entre nove e 13 anos, mas às vezes também sinto atração por adolescentes e por mulheres adultas, como minha esposa. Ninguém que me conhece pessoalmente sabe disso.

A primeira vez que me dei conta da situação eu tinha 16 anos. Naquele verão me apaixonei platonicamente por uma menina de 10 anos que morava na vizinhança.

Nos anos seguintes comecei a notar outras meninas. Na minha adolescência eu não me preocupei muito com esses desejos, não achava que era um pedófilo. Afinal, também me sentia atraído por garotas da minha idade. Achava que meu interesse por menininhas desapareceria. Obviamente, estava errado.

À medida que eu crescia, a idade das garotas que me atraíam caía. Eu me sentia cada vez menos atraído por gente da minha idade.

Depois que me casei, meus sentimentos por meninas mais novas só se intensificaram. Foi aí que passei a pensar bastante na palavra ‘pedófilo’ e a admitir que ela se aplicava a mim.

Nunca agi na direção das minhas vontades. Nunca me

coloquei em uma situação que representasse tentação para mim. Sempre evitei ambientes onde pudesse ficar sozinho com uma menina.

Tenho plena consciência do mal que poderia causar se cedesse à tentação. Também nunca consumi pornografia infantil, sei que isso fere a criança da mesma forma.

Não acho tão difícil resistir aos meus desejos. O pior é lidar com a depressão causada por viver em um mundo que não entende gente como eu. Isso, sim, é muito difícil. Não me considero doente, nunca quis fazer terapia. Mas o grupo “Virtuous Pedophiles” ajuda muito, é um lugar onde posso compartilhar essa luta e me sinto menos só.

Tive o privilégio de trabalhar com crianças algumas vezes (grupos grandes, com vários adultos) em igrejas e ações de voluntariado. Sempre gostei de conversar com elas de um jeito inocente.

O que me diferencia dos pedófilos que abusam de crianças é uma coisa só: escolha. Se eu agisse na direção dos meus desejos, poderia ser muito nocivo. Mas eu não conseguiria viver sabendo que magoei uma criança. Então escolho não fazê-lo.”

Craig*, 39, é americano, engenheiro e membro do grupo “Virtuous Pedophiles”

“O que me diferencia daqueles que abusam de crianças é uma coisa só: escolha

CRAIG*
pedófilo do grupo americano
“Virtuos Pedhophiles”

14 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

Fábrica da Coca terá de indenizar lojista cego

Homem foi atingido no olho direito por tampa

A Spaipa S/A Indústria Brasileira de Bebidas, fabricante e distribuidora da Coca-Cola em São Paulo, foi condenada pela Justiça estadual a pagar mais de R\$ 50 mil a um comerciante que ficou cego em 1999, depois que uma tampinha da bebida atingiu o olho dele. A empresa ainda pode recorrer da decisão.

Segundo a acusação, o comerciante Francisco Geraldo Giacomini teve o olho direito atingido por uma tampa que se soltou quando ele colocava garrafas de vidro numa prateleira em Bauru (a 335 km de São Paulo).

A Spaipa foi condenada a pagar pensão mensal vitalícia de um salário mínimo, R\$ 41.500 por danos morais, R\$ 7.856 pelos gastos que o comerciante teve com cirurgias e R\$ 3.240 pelos três anos que ele ficou sem trabalhar.

Além disso, a empresa terá de arcar com os custos de outras cirurgias que Giacomini terá de fazer.

Tanto a empresa quanto o comerciante podem recorrer da decisão. O advogado de Giacomini, Caio Santos, informou que estuda solicitar que a pensão seja revista para cinco salários mínimos.

O pedido já foi negado antes pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A Justiça também já negou um recurso da fabricante, que contestou os valores. Em nota, a empresa informou que não foi notificada da decisão e, por isso, não vai se pronunciar.

Suspeitos de lançar homem de navio são denunciados

Tripulação é acusada de tortura e racismo

Os 19 tripulantes do navio Seref Kuru, suspeitos de lançar um homem clandestino em alto-mar no final de junho, foram denunciados sob acusação de tortura, racismo e tentativa de homicídio.

De acordo com o Ministério Público Federal em Paranaguá (PR), que fez a denúncia, a tripulação, de origem turca, abandonou o camarônês Ondobo Rap Wilfred sobre um pedaço de madeira a cerca de 15 km do porto, depois de mantê-lo trancado em uma cabine por 11 dias.

Wilfred, que entrou escondido no navio no porto de Douala, em Camarões, disse à polícia ter sido torturado e espancado durante o período. Um dos tripulantes, segundo ele, também dizia que “não gostava de pretos” porque “eram todos animais”.

O camarônês foi encontrado boiando sobre um pallet (estrutura de madeira usada no transporte de cargas) no dia 28 de junho, 11 horas depois de ter sido lançado, segundo seu relato à polícia.

A tripulação, que está sob liberdade vigiada num hotel de Paranaguá, nega as acusações. Para o advogado Jordano Reinert, que defende o grupo, Wilfred é “um clandestino profissional”.

Já a Procuradoria afirma ter evidências “contundentes” de que o camarônês esteve no navio, como a descrição detalhada da embarcação e uma foto sua, escondida de propósito, achada na cabine. (ESTELITA HASS CARAZZAI)

FOLHA DE S. PAULO

Justiça proíbe 'panfleto do mensalão' no PR

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

14 AGO 2012

A Justiça Eleitoral proibiu a campanha à reeleição do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), de distribuir panfleto que associa Gustavo Fruet (PDT), rival na disputa, ao escândalo do mensalão.

Ex-deputado federal pelo PSDB, Fruet foi um dos relatores da CPI do Congresso que investigou o caso. Aliado hoje ao PT, é o candidato mais cobrado em Curitiba por sua atuação na época.

O panfleto distribuído pela coligação de Ducci critica a mudança partidária do adversário, que deixou o PSDB em 2011 após o partido decidir apoiar Ducci na corrida para a prefeitura de Curitiba.

O material diz que Fruet, que "queria ver Lula e petistas na cadeia", virou "aliado dos amigos de José Dirceu", e exibe uma foto do candidato ao lado de imagens de Dirceu, Marcos Valério, José Genoino, Delúbio Soares e outros réus do mensalão.

O panfleto ainda compara declarações atuais de Fruet a outras que fez durante a CPI.

A coligação do pedetista entrou na Justiça e conseguiu a retirada dos panfletos de circulação. A Justiça Eleitoral entendeu que o material caracteriza propaganda eleitoral irregular, por exceder "o limite aceitável para a crítica eleitoral". Cabe recurso.

Para os advogados de Fruet, o texto "extrapola o direito de crítica". "O Gustavo tem que enfrentar a crítica, que é razoável, de que recebeu o apoio do PT. Mas, nesse caso, é como se ele fosse um réu do mensalão", diz Luiz Pereira, advogado da coligação de Fruet.

A coligação de Ducci não se manifestou sobre o caso.

14 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

Editores vão ao Supremo por biografias

Ação pede que seja declarada inconstitucional a exigência de autorização dos personagens para a publicação de livros

Para advogado do caso, restrições impostas por famosos ou herdeiros desrespeitam o direito à liberdade de expressão

A Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que seja declarada inconstitucional a exigência de autorização de personagens ou de seus herdeiros para que sejam publicados livros ou obras audiovisuais nas quais eles são citados.

Argumentam que com isso se criou o que chamam de “censura privada” ao dar a essas pessoas o direito de decidir o que pode ou não ser conhecido pelo público.

Além disso, surgiu o que nos meios editoriais vem se chamando de “mercantilização da honra”: se o acordo financeiro for bom, pode-se publicar o que, na argumentação inicial, era considerado ofensivo.

Não é apenas a publicação de biografias que é atingida pela exigência dos artigos 20 e 21 do Código Civil. Outros livros de não ficção e programas de TV também vêm sendo alvo de personagens ou seus parentes que tentam impedir sua divulgação —ou negociar somas altas para permitir que sejam veiculados.

Por conta disso, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) vai se unir à Anel na ação.

RESTRICÇÕES

“Somos o único país do mundo onde um protagonista da história do país pode breçar a publicação de um livro”, diz Roberto Feith, sócio da editora Objetiva e membro da Anel.

As restrições já atingiram obras como “Roberto Carlos em Detalhes”, biografia escrita por Paulo César Araújo e que teve sua venda proibida em 2007. Outras foram abandonadas pelo caminho, como as que contariam as trajetórias dos músicos João Gilberto e Raul Seixas.

Minisséries de TV também foram alvejadas pelos artigos 20 e 21. Em abril, o Tribunal de Justiça do Acre condenou em primeira instância a TV Globo a indenizar a família do ambientalista Chico Mendes por causa da veiculação de “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”, em 2007.

A causa tem o valor de R\$ 23 milhões. A família alegou ter sofrido dano material com a exibição do programa. A emissora defendeu-se afirmando que só reproduziu “fatos nacionalmente conhecidos e amplamente divulgados”, mas a Justiça considerou que, embora Chico Mendes (1944-1988) fosse uma pessoa nacionalmente conhecida, a exploração de sua imagem dependia do consentimento de seus sucessores. A Globo recorreu.

CHAPA-BRANCA

Na ação, a associação dos editores argumenta que, além de abrir uma brecha para a censura, o que é proibido pela Constituição, outros dois princípios constitucionais são desrespeitados: os direitos à liberdade de expressão e à informação.

“A restrição criou a história ‘chapa-branca’. Só se pode publicar o que agrada ao retratado”, afirma o advogado Gustavo Binenbojm, responsável pela ação.

Um parecer do advogado Gustavo Tepedino, professor titular de direito civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), anexado à ação, aponta ainda reflexos que as proibições podem ter no conhecimento que as gerações futuras terão da história do país.

“Como contar a história do primeiro reinado sem levar em conta as relações extracônjugais do imperador, relevantes para a compreensão dos costumes da época, das ligações entre a burguesia e a nobreza, do método de nomeação de autoridades e cargos públicos?”, pergunta.

“Seria razoável condicionar a divulgação de cartas e documentos que retratam fielmente o relacionamento do imperador com suas amantes e a imperatriz à autorização dos descendentes?”

A ação terá como relatora a ministra Cármen Lúcia, mas ainda não há previsão de quando será julgada.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 AGO 2012

A NOVELA DAS BIOGRAFIAS

A disputa para escrever sobre personalidades

ENTENDA O CASO

Dois artigos do Código Civil em vigor desde 2003 abrem brechas para que personalidades ou seus herdeiros vetem na Justiça a publicação de biografias

Ao mesmo tempo, editores entraram com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no Supremo, alegando que os artigos ferem a Constituição

TRECHOS DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

“As pessoas cuja trajetória pessoal, profissional, artística, esportiva ou política haja tomado dimensão pública gozam de uma esfera de privacidade e intimidade naturalmente mais estreita. Sua história de vida passa a confundir-se com a história coletiva”

“Exigir prévia autorização [...] importa consagrar

verdadeira censura privada à liberdade de expressão dos autores, historiadores e artistas em geral e ao direito à informação de todos os cidadãos”

“Em sua literalidade, os artigos 20 e 21 do Código Civil poderiam dar ensejo a restrições até mesmo à livre divulgação de informações pela imprensa”

APOIADORES DA AÇÃO



Ruy Castro

“O biografado ideal é solteiro, órfão, filho único, estéril e broxa

“Não tem sentido trabalhar num projeto longo e complicado como uma biografia, e, no fim do processo, vê-la empacar por causa de herdeiros oportunistas que, em muitos casos, nem gostavam do parente ilustre



Nelson Motta

“Dar participação [aos herdeiros] acaba saindo mais barato do que uma ação depois

“A solução para o caso Tim Maia [acordo com os herdeiros antes da publicação] foi ótima e agora só trabalho assim. Fizemos a mesma coisa com os herdeiros de Glauber Rocha

14 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

Cobrar mais de 10% para alterar data de bilhete renderá multa

Juiz determinou multa de R\$ 100 mil a empresa aérea que descumprir lei; medida vale para todo o país

Cabe recurso à decisão que atinge TAM e Gol; procuradas, empresas disseram que ainda não foram notificadas

FELIPE LUCHETE
DE SÃO PAULO

A Justiça Federal determinou que companhias aéreas que cobrem mais de 10% do valor da passagem em casos de remarcação ou cancelamento paguem uma multa de R\$ 100 mil.

A decisão foi publicada ontem no "Diário Oficial" da 1ª Região e vale para todo o país. A medida afeta as empresas TAM e Gol —além da Cruzeiro, TAF e Total.

Essas três últimas, porém, não fazem mais transporte de passageiros, segundo dados da Anac (agência nacional de aviação civil).

As companhias terão 15 dias para provar se cumprem ou não uma sentença de 2011 da Justiça Federal no Pará, que limitou o valor das taxas.

Desde então, o consumidor que fizer alterações até 15 dias antes da viagem deveria pagar só 5% de taxa. Em prazos menores, o valor é de no máximo 10% da passagem.

A decisão também é retroativa: obriga o pagamento de todos os valores cobrados a

mais de cada passageiro que fez alterações no voo desde setembro de 2002.

Ainda cabem recursos, mas a sentença não foi suspensa e vale inclusive para passagens promocionais.

Em março deste ano, o Ministério Público Federal no Pará, autor do processo, alegou que as empresas não vêm obedecendo à sentença. Pediu que a Justiça aplicasse multa e até prendesse representantes de empresas por crime de desobediência.

ATÉ 60% MAIS

Consultas feitas ontem pela **Folha** no site da TAM e da

“ Houve violação a direito patrimonial [...] que atinge [...] qualquer brasileiro com pretensão a viajar. Este direito de ir e vir não só constitui uma liberdade fundamental, como é elemento indispensável à busca da felicidade

DANIEL GUERRA ALVES
juiz federal, em 2011

Gol indicavam cobrança de até 60% do preço das passagens para remarcação.

Na época em que a ação foi proposta, em 2007, a Procuradoria incluiu como réus as companhias que atuavam no aeroporto de Belém. Por isso outras empresas não foram condenadas.

O principal argumento usado na ação é um artigo do Código Civil que prevê o direito de o passageiro rescindir contratos de transporte em geral antes da viagem.

A legislação permite que o transportador fique com 5% do valor, como multa compensatória.

“Sendo o transporte aéreo um serviço público federal delegado, ele se submete dentre outros princípios ao da modicidade das tarifas [...] No caso concreto houve violação a direito patrimonial [...] que atinge indistintamente qualquer brasileiro com pretensão a viajar. Este direito de ir e vir não só constitui uma liberdade fundamental, como é elemento indispensável à busca da felicidade”, disse o juiz federal Daniel Guerra Alves, em 2011.

EMPRESAS NÃO FALAM

Procuradas, a TAM e a Gol declararam que só se manifestam sobre o caso nos autos do processo.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 AGO 2012

Cliente tem cinco anos para entrar com ação judicial

O consumidor que se sentir lesado com as taxas cobradas pela remarcação ou cancelamento de um bilhete aéreo também pode acionar a Justiça. Independentemente de as empresas serem ou não multadas por decisão judicial.

“O consumidor pode reclamar em até cinco anos”, diz Flávio Siqueira Júnior, advogado do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor).

Pesquisa feita pelo instituto no primeiro semestre registrou uma variação grande entre as taxas cobradas e o valor da passagem.

O menor valor, segundo o estudo, ficou em 141,90% e o maior em 252,80%. Muito acima dos 10% exigidos pelo artigo 740 do Código Civil Brasileiro.

“De acordo com a nossa hierarquia jurídica, o Código Civil se sobrepõe as demais resoluções da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), por exemplo”.

A pesquisa feita pelo Idec mostra que o problema é ainda maior quando o consumidor adquire uma passagem aérea com preços promocionais.

Grande parte das empresas cobra taxa de cancelamento que varia entre R\$ 70 e R\$ 100. Mas há bilhetes mais baratos do que isso.

DÚVIDAS SOBRE A REMARCAÇÃO

1 Quanto pode custar?

Tarifas para alterações na data da viagem não podem passar de 10% do valor da passagem; se a mudança ocorrer até 15 dias antes da viagem, o limite cai para 5%

2 Quem tem direito a reembolso?

Quem pagou valor acima desses limites em alterações de passagens de cinco companhias (TAM, Gol, Cruiser, TAF e Total), a partir de setembro de 2002

3 Como proceder?

O consumidor deve procurar escritório ou balcão de vendas da companhia e protocolar pedido. Se não for atendido, é preciso entrar com ação na Justiça Federal

14 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

Respeitável público

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO E PEDRO IVO VELLOSO CORDEIRO

“As figuras imaginárias têm mais relevo e verdade que as reais”
Fernando Pessoa

No premiado documentário “Arquitetura da Destruição”, Peter Cohen defende que o nazismo só foi palatável para a população por ter sido apresentado como um projeto de embelezamento do mundo. Retratando Hitler como artista frustrado, Cohen argumenta que o intento destrutivo do nazismo se fundou em uma poderosa estética, impulsionada por uma eficiente propaganda.

Não se quer aqui taxar ninguém de nazista ou comparar alguém a Hitler. Busca-se mostrar, pelo exemplo extremo, o poder destrutivo da estética.

Ultimamente, tem se visto que algumas acusações, na boca de delatores ou formalizadas em denúncia, procuram sofisticar a sua narrativa e emprestar-lhe uma organização e beleza fora do comum. As acusações são recheadas de adjetivos. O fato tido como criminoso é guarnecido de uma série de estruturas, núcleos e funções, em um desenho perfeito.

Para esse acusador, o regozijo é maior quando não há provas, pois assim ele terá grande espaço para o seu design. Terá liberdade para conceber e desenhar o que considera a parte oculta do iceberg. Nessa parte oculta, dá vazão a todo o seu projeto de embelezamento ou frustração por não ser um artista de sucesso.

O “mensalão” é o maior exemplo dessa nova modalidade de design.

O acusador se regozija se não há provas. Assim, tem mais espaço para criar um enredo, dando vazão à sua frustração por não ser artista de sucesso

A acusação não se limitou ao que há de efetivamente tangível no caso: operações financeiras entre partidos políticos e instituições financeiras. O toque estético foi dado por um pretenso delator, que, não por coincidência, é um cantor frustrado.

Do que havia de concreto, erigiu-se um enredo belo e palatável para o público, embora falso, criado: o pagamento sistemático, organizado e mensal para parlamentares. O melhor propagandista e marqueteiro não escolheria nome melhor e mais ao gosto da população: “mensalão”.

Já do acusador público esperava-se sobriedade. Afinal, ele estava lidando com um fato envolto em uma disputa política, destinada a desmoralizar um partido, como reconheceu recentemente o próprio delator.

O que se viu foi justamente o contrário. O acusador público tomou gosto pela arte do escândalo e sofisticou a estética da acusação, qualificando-a como “sofisticada organização criminosa”, “profissionalmente estruturada” em “núcleos”. Expressões como “engrenagem criminosa”, “organograma delituoso”, “engenharia criminosa” conferiram ar monumental à acusação.

O “grand finale” veio com as alegações finais, um memorial e uma sustentação oral proferidas já por outro acusador público. O ponto em comum dessas manifestações foi o gosto pela adjetivação. O edifício artístico passou a ter uma pomposa qualificação: o “mais atrevido e escandaloso caso de corrupção do Brasil”.

Poucos não reconheceriam que estética e marketing foram fundamentais para o sucesso do projeto político destrutivo do pretenso delator. O que poucos têm ressaltado é que também os acusadores públicos buscaram empregar uma bela arquitetura e um cativante enredo para o sucesso de público de sua tese.

O STF fará um julgamento técnico, não estético. Pensando no público, o acusador deve ter linguagem sóbria, clara, comedida e prosaica. Os fatos da vida merecem ser retratados com a mais sofisticada estética. Todavia, quando se pede a condenação de pessoas, não deve haver espaço para a estética, sob pena de se tornar o processo um jogo cruel.

Caro leitor, caso você se depare com uma acusação muito organizada, bela e sofisticada, suspeite! Você pode estar lidando com um artista frustrado ou um acusador arquitetando a destruição de alguém.

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, 54, e PEDRO IVO VELLOSO CORDEIRO, 28, são advogados criminais e defendem Duda Mendonça e Zilmar Fernandes na ação penal 470

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊ DE

Defesa ou acusação?

BRASÍLIA - Em vez de defender Roberto Jefferson, seu cliente, o advogado Luiz Francisco Corrêa Barbosa partiu para um ataque feroz contra o ex-presidente Lula e o procurador-geral, Roberto Gurgel.

Nunca antes neste país —nem mesmo contra Fernando Collor, já na lona, após o impeachment— uma defesa oral foi tão virulenta no Supremo Tribunal Federal contra um procurador-geral e contra um ex-presidente da República.

Segundo o advogado, que reflete bem o estilo, a personalidade e a beligerância do cliente, o procurador “não fez o seu trabalho” no processo do mensalão e “sentou em cima” da ação do bicheiro Cachoeira.

Para ele, Gurgel tratou Lula como “um pateta”, pois disse que tudo ocorria dentro de quatro paredes no Planalto, sob suas barbas, mas o presidente não sabia de nada.

“Deixaram o patrão de fora. Aliás, o procurador-geral deixou. Essa oração tem sujeito”, acusou o advogado, para quem Lula “foi omissos e traiu a confiança do povo”.

Barbosa, porém, caiu numa contradição. Ao mesmo tempo em que disse que Lula “não só sabia como ordenou” o esquema, ele relatou que o presidente, ao ser alertado por Jefferson numa conversa com a presença de Aldo Rebelo e Arlindo Chinaglia, ficou surpreso, até emocionado, “com lágrimas nos olhos”.

Se só soube depois, como Lula poderia ser mandante? Afinal, ele sabia, ordenou, era “o mandante”, “o patrão”? Ou não sabia de nada e até chorou ao ser informado?

O advogado também tentou intrigar os ministros com o procurador, que —acusou ele— produziu a acusação sem provas e sem Lula, para “jogar o povo contra este tribunal”.

No final, arriscou uma explicação heroica para a inclusão do cliente no rol de réus: a intenção era “silenciá-lo, para que não abrisse essa sua boca enorme”. Como se Jefferson já não tivesse escancarado sua bocarra —e feito um estrago de bom tamanho.

14 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

Segunda fase | 4 AGO 2012

JANJO DE FREITAS

Mesmo que o restante da semana seja frustrante, o começo deixa marcas que não se apagarão do julgamento

TARDOU, MAS o espetáculo do mensalão enfim abriu a semana com a promessa de justificar as atenções recebidas e, até então, pouco retribuídas.

Ainda sem considerar os demais fatos que logo agitariam o ambiente do julgamento, o ministro Marco Aurélio Mello deu a sua contribuição: é preciso rever o mecanismo adotado para o julgamento, sob pena de que uma situação caótica e longa resulte da soma de cansaço, votos complexos e extensos (dois se anunciam com mais de mil páginas) e a confusão das sentenças variadas.

Se houvesse alguma dúvida de que o sistema adotado não é sensato, para condená-lo bastaria atentar para as muitas fotos de magistrados sucumbindo às sonecas.

Também desse ponto de vista, à parte o discutível fundamento jurídico, a recusa ao desmembramento do processo levou a um acúmulo absurdo de documentos, manifestações orais de defesa, relatórios e revisões enormes, e uma grande balbúrdia indomável de fatos, ficções, deduções e contestações. Tudo em fartos plurais.

É muito duvidoso que os 11 ministros possam atravessar esse cipoal até chegar a sentenças seguras e sem ressalvas no seu sentido de justiça.

Mas o que corrigir e como fazê-lo, a esta altura, é um problema sem proposta de solução. Apesar das informações de que a inquietação alcança todos os ministros.

Contribuição inesperada para o

novo clima, o delegado Luís Flávio Zampronha, responsável pelo inquérito do mensalão na Polícia Federal, atribui ao processo limitações que deixam práticas graves, e respectivos autores, fora do julgamento do Supremo Tribunal Federal ou em situação atenuada.

A Polícia Federal é dada, em particular nos períodos eleitorais, a procedimentos mal explicados. É mais um caso desses: por que só agora o delegado decide falar da exclusão de fatos gravíssimos?

Zampronha não ampara suas afirmações nem apenas em exemplos de uma ou outra prática apurada. Ainda assim, o que diz não poderia passar sem atenção imediata e efetiva do procurador-geral da República.

Até porque alguma comprovação do que Zampronha diz, sobre extorsão e venda de informações, pode produzir agravantes em muitos aspectos do processo em julgamento no STF.

Por sua vez, o brilhante ex-juiz e advogado Luiz Francisco Corrêa Barbosa, defensor de Roberto Jefferson, lançou teses em todas as direções, inclusive na que declara a invalidade do processo do mensalão.

Ao afirmar que Lula "ordenou" o sistema do mensalão, porém, sua eloquência fértil e firme faltou com alguma sustentação factual, indispensável em acusação de tamanha gravidade.

Mas a face jurídica de suas teses e a arte ao apresentá-las venceram o tédio dos ministros e dos espectadores lá e fora.

Por fim atentos, todos, para uma defesa que também atingiu o procurador-geral e acusador Roberto Gurgel. Neste caso, atingiu em cheio.

Mesmo que o restante da semana seja frustrante, o seu começo deixou marcas que não se apagarão no restante do julgamento. Nem depois, talvez.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

14 AGO 2012

Efeito Piantella

Com o início, amanhã, da fase crucial do julgamento do mensalão —a dos votos dos ministros—, os principais advogados devem sair de cena. Vão aguardar em “silêncio obsequioso” a manifestação dos membros do STF. Eles acham que conseguiram minar a acusação e creem ter “virado” votos com “viés de condenação”. Mas também avaliam que alguns se expuseram demais em noitadas em Brasília, o que é negativo. “É o efeito Piantella. A ordem é submergir”, diz um interlocutor.

MÔNICA BERGAMO

SURPRESA

O ministro Marco Aurélio Mello, que diz “estranhar” a “potencialização” do voto do ministro Cezar Peluso no mensalão, afirma que fica intrigado também quando dizem que seu colega no STF (Supremo Tribunal Federal) é especialista em direito penal. “Reconheço que ele é um juiz experiente, mas nunca soube que se dedicou com tanto afinco assim ao penal. Peluso sempre foi reconhecido como um craque em direito civil e de família.”

CERTEZA

A biografia de Peluso no site do STF elenca mestrado e doutorado em direito civil. Diz também que ele foi professor da área. Peluso é tido como voto pela condenação dos “mensaleiros”. Alguns ministros defendem que ele antecipe seu veredicto já que se aposenta em setembro.

14 AGO 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Gilmar Mendes pede abertura de inquérito contra revista

Ministro encaminhou à Procuradoria da República representação contra a 'Carta Capital', cobrando ação por calúnia e difamação

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, requereu à Procuradoria-Geral da República abertura de inquérito por calúnia, injúria e difamação contra a revista *Carta Capital*. Na representação, o ministro afirma que a edição 708 da revista publicou reportagem segundo a qual ele teria recebido do chamado "mensalão mineiro" R\$ 185 mil em março de 1999, quando ocupava o cargo de advogado-geral da União.

Na representação, Mendes diz que só assumiu a chefia da Advocacia-Geral da União em janeiro de 2000. Em 1999, ele ocupava o cargo de subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. O ministro afirma, ainda, que a lista é falsa e que isso já foi comprovado. Diz que a revista sabia da falsificação e que, mesmo assim, sem ouvi-lo, resolveu publicá-la.

O ministro afirma que a revista publicou a reportagem para levantar dúvidas a respeito de sua capacidade de se tornar juiz do processo do mensalão. Por isso, segundo ele, imputou-lhe a prática de ato criminoso, ao dizer que havia recebido vantagens indevidas oriundas de fontes públicas, além de sugerir que teria praticado ato indevido no cargo de ministro, ao conceder habeas corpus a Marcos Valério, réu do processo do mensalão, em 2009.

A mesma reportagem, que ocupou sete páginas da *Carta Capital*, afirma que o senador Delcídio Amaral (PT-MS) também está na lista dos beneficiados pelo "mensalão mineiro", surgido durante a campanha à reeleição do governador tucano Eduardo Azeredo. O esquema teria sido comandado pelo publicitário Marcos Valério, também réu no processo do mensalão.

Em correspondência à revista, Delcídio esclareceu que só disputou a eleição por Mato Grosso do Sul em 2002, quando foi eleito senador, tendo tomado posse em 2003. Segundo Delcídio, o próprio advogado de Marcos Valério atribui a autoria da lista a "um psicopata" que já foi preso e que continua respondendo o processo criminal por falsificação de documentos.

O ESTADO DE S. PAULO

Candelária:

último condenado

é solto 14 AGO 2012

Dezenove anos depois da maior chacina contra moradores de rua no Brasil, ex-PM ganha indulto e direito de deixar Bangu 6, no Rio

Condenado em fevereiro de 2003 a 300 anos de prisão por participação na Chacina da Candelária, no centro do Rio, o ex-policia militar Marcus Vinícius Borges Emmanuel obteve o benefício do indulto (extinção da punibilidade) em 29 de junho e já deixou o Presídio Bangu 6, onde estava preso. Ele era o último dos três ex-PMs condenados por envolvimento no caso que permanecia na cadeia. O maior massacre de moradores de rua no Brasil ocorreu na madrugada de 23 de julho de 1993, quando sete menores e um jovem maior de idade foram executados a tiros no centro do Rio.

Seis PMs foram julgados pela chacina. Três foram absolvidos. Os condenados foram expulsos da corporação. Em agosto de 1998, o ex-PM Marcos Aurélio Dias Alcântara foi sentenciado a 204 anos. Ele conseguiu o indulto no final de 2010. Nelson Oliveira dos Santos Cunha, cuja pena foi de 45 anos de cadeia, também já está solto. Atualmente, ele está em liberdade condicional por outros crimes, segundo o Tribunal de Justiça do Rio.

Advogado de Emmanuel, Maurício Neville ajuizou habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que seu cliente tivesse direito ao indulto concedido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, por meio do Decreto 6.706. Neville alegou que a chacina ocorreu em 1993, antes de entrada em vigor da Lei 8.930/1994, que incluiu o homicídio qualificado no rol dos crimes hediondos. "Emmanuel

não poderia ter sido condenado a penas mais graves previstas na legislação de 1994, pois o crime ocorreu antes disso. A lei nunca pode retroagir para prejudicar o réu", afirmou o advogado, em entrevista ao **Estado**.

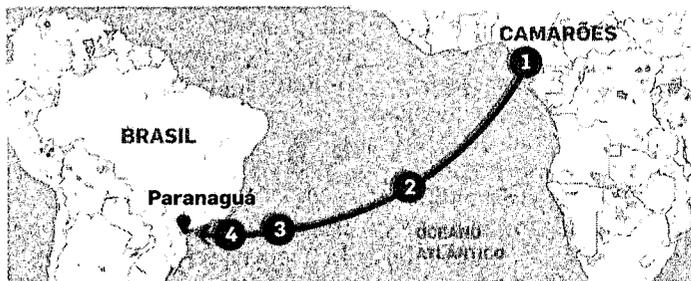
O pedido de indulto já havia sido indeferido pela Vara de Execuções Penais (VEP) do TJ-RJ, pelo próprio TJ-RJ e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O STF, antes de analisar o mérito, solicitou dados adicionais sobre o caso à VEP, que decidiu conceder o indulto ao ex-PM.

Repercussão. A Chacina da Candelária teve repercussão no exterior: Anistia Internacional e Unicef cobraram punição dos culpados. Cerca de 50 crianças dormiam sob uma marquise perto da Igreja da Candelária quando homens armados desceram de pelo menos dois veículos e abriram fogo. Quatro meninos morreram no local, um outro no hospital. Mais dois menores e um jovem adulto foram executados na Praça Mauá. Sobreviventes do massacre disseram que haviam sido ameaçados de morte por policiais militares depois que um Opala da corporação foi apedrejado por um menor.

O ESTADO DE S. PAULO

MP denuncia equipe de navio por tortura 14 AGO 2012

CRIME EM ALTO MAR



- 1 Em junho, um camaronês invadiu um navio maltês em Camarões
- 2 Após 6 dias escondido, ele procurou a tripulação, que o agrediu e ofendeu
- 3 O camaronês foi jogado ao mar 4 dias depois, sobre um estrado de madeira
- 4 A 10 km da costa brasileira, ele foi resgatado pela tripulação de um navio chileno

Tripulação de embarcação de Malta é acusada de obrigar clandestino camaronês a pular em alto mar

O Ministério Público Federal em Paranaguá (PR) denunciou os 19 tripulantes do navio Seref Kuru, de Malta, por tortura, racismo e tentativa de homicídio. Os 17 turcos e dois georgianos foram acusados de abandonar o camaronês Wilfred Happy Ondobo em alto-mar.

O crime aconteceu em junho e Ondobo foi resgatado a 12 quilômetros do litoral paranaense pelo navio chileno Marine R. Segundo a Polícia Federal, os tripulantes estão em liberdade vigiada em hotéis da cidade e aguardam a decisão de um juiz federal, que pode acatar ou não a denúncia.

Ondobo entrou na embarcação clandestinamente no Porto de Douala, em Camarões, e ficou escondido no navio por oito dias. Em depoimento, Ondobo afirmou que ao ser descoberto foi agredido verbal e fisicamente, além de ter sido impedido de dormir e mantido em uma pequena cabine. A tripulação lhe

deu então uma lanterna, € 150 e US\$ 30 e o obrigou a deixar o navio em mar aberto.

O homem ficou à deriva em uma estrutura de madeira usada no transporte de carga por 11 horas. À polícia, a tripulação negou conhecer Ondobo.

STJ manda Polícia Federal devolver égua

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou a devolução de uma égua da raça quarto de milha a seu proprietário, apreendida indevidamente em uma operação da Polícia Federal em Maceió no ano passado. O Ministério Público Federal se manifestou pelo acolhimento do pedido. A operação mirava esquema de desvio de recursos do Imposto de Renda de servidores do Tribunal de Contas de Alagoas. Estima-se que o prejuízo atinja R\$ 100 milhões. O dono do animal, no entanto, não é alvo da investigação.

14 AGO 2012

JORNAL DO ESTADO

HOMICÍDIOS CULPOSOS NO TRÂNSITO SOBEM NO PR

Segundo Secretaria, foram 1.229 ocorrências no primeiro semestre de 2012, ou 8,9% a mais que as 1.128 no mesmo período do ano passado. Na contramão dos números estaduais, houve queda nos índices de Curitiba (3,97%) e na região de São José dos Pinhais (44,55%).

JORNAL DO ESTADO

Homicídio culposo

no trânsito 14 AGO 2012

CRESCE 8,9%

NO PARANÁ

Polícia vai intensificar as blitzes para tentar reduzir a violência nas ruas.
No primeiro semestre de 2012 foram 1.229 casos

A taxa de homicídios culposos (sem intenção de matar) no trânsito cresceu 8,95% no Paraná no primeiro semestre de 2012, em comparação com o mesmo período de 2011. Foram 1.229 casos registrados neste ano, contra 1.128 ocorrências no ano passado. Diante destes dados, o Paraná deve intensificar as blitzes de trânsito para tentar reverter o quadro de mortes nas ruas e estradas. Além de verificar possíveis quadros de embriaguez ao volante, o trabalho policial contribui para fiscalizar veículos roubados ou furtados, por exemplo.

O secretário da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, reforça a defesa pela "tolerância zero" com motoristas que dirigem após ingerir bebida alcoólica. "Temos hoje números preocupantes no trânsito do Paraná. Isso reforça em todos nós a convicção de que as blitzes precisam ser intensificadas", afirmou.

Os dados constam no Relatório Estatístico Criminal referente a crimes de homicídio culposo no trânsito, com informações sobre os seis primeiros meses do ano, publicado ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

A partir desta publicação mais recente relativa a crimes no trânsito, a Secretaria de Estado

da Segurança Pública começa a detalhar as informações por cada um dos 399 municípios do Paraná e, na capital, os números são divididos por bairros. Até então, os dados apareciam agrupados por cada uma das 23 Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp) do Estado.

Conforme o relatório divulgado, houve aumento de ocorrências em regiões como a Área Integrada de Segurança Pública de Londrina, por exemplo, onde o número de homicídios culposos de trânsito passou de 44 para 97. Houve queda nos índices de Curitiba (-3,97%) e nas regiões de São José dos Pinhais (-44,55%); Paranaguá (-51,52%); Ponta Grossa (-14,88%); Campo Mourão (-7,14%) e Apucarana (-9,52%).

Apenas em Curitiba foram 121 homicídios culposos em seis meses, contra 126 no mesmo período do ano passado. Os bairros com maior número de ocorrências foram Cidade Industrial (18), Centro (11) e Tatuquara (9). A fonte de coleta das informações sobre trânsito parte dos procedimentos instaurados pela Polícia Civil do Paraná. A tabulação dos crimes é mensal e a divulgação acontece a cada três meses, sob responsabilidade da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico da Segurança Pública.

14 AGO 2012

JORNAL DO ESTADO

Barbosa Neto

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) rejeitou ontem recurso do Ministério Público Eleitoral contra a candidatura do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT). O relator, Luciano Carrasco, aplicou a Súmula 11 do TRE-PR, cujo enunciado é: “que a parte que não impugnou o registro da candidatura, seja candidato, partido, coligação ou o Ministério Público, não tem legitimidade para recorrer, salvo se matéria constitucional”. Barbosa Neto foi cassado recentemente pela Câmara de Vereadores, sob a acusação de ter usado seguranças pagos pela prefeitura para trabalhar em uma emissora de rádio de propriedade de sua família.

Facebook

A juíza da 3ª Zona Eleitoral de Curitiba, Renata Estorilho Baganha, deu ontem prazo de 24 horas para que o candidato do PSC à prefeitura de Curitiba, deputado federal Ratinho Júnior, promova adequações em sua página oficial na internet, bem como em sua página no Facebook, incluindo informações sobre sua coligação e os partidos que a integram. A decisão toma como base a lei segundo a qual toda propaganda eleitoral, seja em qual meio for, deve informar de maneira clara os partidos que apoiam os candidatos.

TRIBUNA DO PARANÁ

Limitada taxa da remarcação de voos

14 AGO 2012

A Justiça Federal determinou que companhias aéreas que cobrem mais de 10% do valor da passagem em casos de remarcação ou cancelamento paguem multa de R\$ 100 mil. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da 1.ª Região e vale para todo o País. A medida afeta as empresas TAM, Gol, além da Cruiser, TAF e Total. Essas três últimas, porém, não fazem mais transporte de passageiros, segundo dados da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

As companhias terão 15 dias para provar se cumprem ou não sentença de 2011 da Justiça Federal no Paraná, que limitou o valor das taxas. Desde então, o consumidor que fizer alterações até 15 dias antes da viagem deveria pagar 5% de taxa. Em prazos menores, o valor é de no máximo 10% da passagem.

A decisão também é retroativa: obriga o pagamento de todos os valores cobrados a mais de cada passageiro que fez alterações no voo desde setembro de 2002. Ainda cabem recursos, mas a sentença não foi suspensa e vale, inclusive, para passagens promocionais.

Em março deste ano, o Ministério Público Federal no Paraná, autor do processo, alegou que as empresas não vêm obedecendo à sentença. Pediu que a Justiça aplicasse multa e até prendesse representantes de empresas por crime de desobediência.

Condenação

A Copel Distribuição S.A. foi condenada a pagar R\$ 100 mil de indenização por dano moral à mulher de electricista terceirizado que morreu eletrocutado quando trabalhava na mudança da fiação da rede elétrica em Santa Izabel do Ivaí.

Buraco caro

O Tribunal de Justiça condenou a prefeitura de Curitiba a indenizar em R\$ 7 mil um motociclista que sofreu acidente ao passar por trecho defeituoso.

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Teste para eleição

Cerca de 1,5 mil eleitores participaram de uma simulação com as urnas biométricas na capital, o equivalente a 26,5% dos 5,9 mil convidados por correspondência pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná para participar do teste no último fim de semana. Dos participantes, 78 pessoas (8%) não tiveram as impressões digitais reconhecidas pelo equipamento.

Candidatura confirmada

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) em Curitiba rejeitou o recurso do Ministério Público Eleitoral (MPE) de Londrina contra o registro da candidatura do prefeito cassado Barbosa Neto (PDT). O julgamento aconteceu na tarde de ontem. Por unanimidade, os desembargadores acompanharam o voto do relator Luciano Carrasco que, segundo a assessoria de imprensa do TRE, aplicou a interpretação da Súmula 11, considerando que não havia legitimidade para o Ministério Público impugnar a candidatura de Barbosa.